Excelêntissimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Holambra

RELATÓRIO

Foi orgânizada uma Comissão para representar a Câmara Municipal de Holambra, na reunião das Câmaras das regiões na cidade de Mogi-Mirim, para assuntos comunitário.

A reunião realizou-se no dia 03 de abril de 1.998, às 14:00 horas no Centro Cultural de Mogi-Mirim, onde estiveram presentes, os Senhores Vereadores **Joaquim de Carvalho, José Benedito de Souza, José Marcos de Souza, José Mário da Silva e Wilson Barbosa**, estando presentes também representantes das Câmaras de Mogi-Guaçú, Itapira, Santo Antônio de Posse, Conchal, Artur Nogueira, Jaguariúna, Pedreira, Amparo, Águas de Lindóia, Lindóia, Socorro, Serra Negra, Estiva Gerbi, Engenheiro Coelho, Espírito Santo do Pinhal, São João da Boa Vista e Araras.

Foram discutidos vários temas de muita importância, dentre eles:

- Tribuna Livre e participação popular;
- Número de Sessões;
- Atribuições constitucionais do Vereador e as formas de atuação;
- Recesso Legislativo e outras questões correlatas.

No final da reunião recebemos cópias de Resoluções, pareceres e propostas sobre os assuntos pautados, em anexo a este Relatório.

Holambra, 06 de abril de 1.998.

VEREADOR JOAQUIM DE CARVALHO

VEREADOR JOSÉ BENEDITO DE SOUZA

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA

VEREADOR JOSÉ MARIO DA SILVA

VEREADOR WILSON BARBOSA

LIDO EM SESSÃO
DE
02/04/08
PRESIDENTE

Excelêntissimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Holambra

RELATÓRIO

Foi orgânizada uma Comissão para representar a Câmara Municipal de Holambra, na reunião das Câmaras das regiões na cidade de Mogi-Mirim, para assuntos comunitário.

A reunião realizou-se no dia 03 de abril de 1.998, às 14:00 horas no Centro Cultural de Mogi-Mirim, onde estiveram presentes, os Senhores Vereadores **Joaquim de Carvalho, José Benedito de Souza, José Marcos de Souza, José Mário da Silva e Wilson Barbosa**, estando presentes também representantes das Câmaras de Mogi-Guaçú, Itapira, Santo Antônio de Posse, Conchal, Artur Nogueira, Jaguariúna, Pedreira, Amparo, Águas de Lindóia, Lindóia, Socorro, Serra Negra, Estiva Gerbi, Engenheiro Coelho, Espírito Santo do Pinhal, São João da Boa Vista e Araras.

Foram discutidos vários temas de muita importância, dentre eles:

- **Tribuna Livre e participação popular;**
- **Número de Sessões;**
- **Atribuições constitucionais do Vereador e as formas de atuação;**
- **Recesso Legislativo e outras questões correlatas.**

No final da reunião recebemos cópias de Resoluções, pareceres e propostas sobre os assuntos pautados, em anexo a este Relatório.

Holambra, 06 de abril de 1.998.

VEREADOR JOAQUIM DE CARVALHO

VEREADOR JOSÉ BENEDITO DE SOUZA

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA

VEREADOR JOSÉ MARIO DA SILVA

VEREADOR WILSON BARBOSA

Município	População	Eleitores	Tem Tribuna Livre?	Nº de Sessões	Subsídios Vereador em R$	Orçamento Câmara R$/%	Nº de Funcionários da Câmara	Nº de Vereadores
ÁGUAS DE LINDÓIA	11.997	8.000	NÃO	02	492,70	195.000,00	2	
AGUAÍ	23.307	18.000	SIM	04 OU 05	1.200,00	440.000,00	3	
AMPARO	50.611	36.074	NÃO	02	807,04	950.000,00 (2,388)	9	
ARARAS	87.355	54.000	SIM	04	1.600,00	950.000,00	9	
ARTUR NOGUEIRA	19.302	16.884	SIM	03	1.200,00	340.000,00	4	
CONCHAL	19.247	14.838	NÃO	02	600,00	350.000,00	2	13
ENGENHEIRO COELHO	6.499	4.269	SIM	02	257,00	75.000 ,00 (1,64%)	3	
ESPÍRITO STO. PINHAL	37.163	25.000	SIM	03	733,72	1.053.000,00	7	
ESTIVA GERBI	6.673	4.200	NÃO	04 OU 05	900,00	329.000,00 (3%)	4	
HOLAMBRA	5.409	5.145	SIM	03	1.200,00	396.270,00	3	9
ITAPIRA	56.510	38.000	SIM	04	1.200,00	1.359.000,00	9	
JAGUARIÚNA	22.589	18.000	SIM	03	1.265,00	742.000,00 (2,5 - 3%)	9	
LINDÓIA	6.000	3.000	NÃO	02	314,48	86.000,00	3	
MOGI GUAÇU	100.767	75.000	SIM	04 OU 05	2.110,00	2.000.000,00 (3,02%)	13	19
MOGI MIRIM	64.750	45.088	SIM	04	1.270,54	880.000,00 (3,02%)	21	17
MONTE ALEGRE DO SUL	5.430	4.707	NÃO	02	431,00	155.000,00	1	
PEDREIRA	27.756	20.000	NÃO	02	2.888,00	1.300.000,00	8	
SANTO ANTONIO DE POSSE	14.250	6.000	SIM	02	1.400,00	514.600,00	6	13
SÃO JOÃO DA B.VISTA	69.087	55.000	SIM	04	1.629,00	1.273.620,00	7	
SERRA NEGRA	21.658	16.000	SIM	04	300,00	246.000,00 (3%)	5	
SOCORRO	30.739	20.000	SIM	02	842,60	510.000,00	7	15

RELAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE MOGI MIRIM

. ***Conselho Municipal de Cultura***
Autor: Vereadora Marilene Mariotoni - Lei Municipal nº 2.088/90

. ***Conselho Municipal de Educação***
Autor: Vereadora Marilene Mariotoni - Lei Municipal nº 2.089/90

. ***Conselho de Defesa ao Meio Ambiente***
Autor: Vereadora Marilene Mariotoni - Lei Municipal nº 2.090/90

. ***Conselho Municipal de Assistência Social e Promoção Social***
Autor: Vereadora Marilene Mariotoni - Lei Municipal nº 2.091/90

. ***Conselho Municipal de Planejamento***
Autor: Vereadora Marilene Mariotoni - Lei Municipal nº 2.092/90

. ***Conselho Municipal Rural***
Autor: Vereadora Marilene Mariotoni - Lei Municipal nº 2.114/90

. ***Conselho Municipal de Saúde***
Autor: Prefeito Romeu Antonio Bordignon - Lei Municipal nº 2.203/91

. ***Conselho Municipal de Entorpecentes***
Autores: Vereadores Leila I. Ferracioli e Ernani Luiz D. Gragnanello - Lei Municipal nº 2.220/91

. ***Conselho Municipal de Esportes***
Autores: Vereadores Ernani Luiz D. Gragnanello e Leila I. Ferrracioli - Lei Municipal nº 2.241/91

. ***Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente***
Autor: Vereadora Marilene Mariotoni - Lei Municipal nº 2.279/92

. ***Conselho Municipal de Segurança***
Autor: Vereadora Marilene Mariotoni - Lei Municipal nº 2.285/92

. ***Conselho Municipal da Condição Feminina***
Autor: Vereadora Marilene Mariotoni - Lei Municipal nº 2.359/92

. ***Conselho Municipal de Prevenção de Acidentes do Trabalho***
Autor: Vereadora Marilene Mariotoni - Lei Municipal nº 2.363/92

. ***Conselho Municipal dos Estudantes***
Autores: Vereadores Ernani Luiz D. Gragnanello e Massao Hito - Lei Municipal nº 2.374/92

. ***Conselho Municipal de Desenvolvimento de Micro e Pequena Empresa***
Autores: Vereadores Ernani Luiz D. Gragnanello e Masso Hito - Lei Municipal nº 2.375/92

. ***Conselho Distrital do Distrito de Martim Francisco***
Autores: Vereadores Ernani Luiz D. Gragnanello e Masso Hito - Lei Municipal nº 2.402/92

. ***Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana***
Autor: Vereadora Marilene Mariotoni - Lei Municipal nº 2.554/94

. ***Conselho Municipal do Bem-Estar Social e Criação do Fundo Municipal***
Autor: Prefeito Jamil Bacar - Leis Municipais nºs 2.654/94 e 2.738/96(alter.)

. ***Conselho Municipal de Assistência Social***
Autor: Prefeito Jamil Bacar - Lei Municipal nº 2.735/95

. ***Conselho de Alimentação Escolar***
Autor: Prefeito Jamil Bacar - Lei Municipal nº 2.746/96

. ***Conselho Municipal de Turismo e Esporte***
Autores: Vereadores Ernani Luiz D. Gragnanello e Masso Hito - Lei Municipal nº 2.942/98

. ***Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural***
Autor: Prefeito Dr. Paulo de Oliveira e Silva - Lei Municipal nº 2.856/97

. ***Conselho de Desenvolvimento Municipal***
Autor: Prefeito Dr. Paulo de Oliveira e Silva - Lei Municipal nº 2.857/97

LEI Nº 2.088

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROMEU ANTONIO BORDIGNON, Prefeito do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, etc.,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:-

Art. 1º - Esta Lei cria o **CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA**, órgão consultivo vinculado ao Departamento de Educação e Cultura - DEC.

Art. 2º - São atribuições deste Conselho, entre outras:-

I.- estabelecer uma política cultural para o Município;

II.- estimular o desenvolvimento das ciências, das artes e da cultura em geral;

III.- opinar sobre a fixação de datas comemorativas para o município;

IV.- propor e opinar sobre convênios de intercâmbio e cooperação financeira com entidades públicas ou privadas para execução, manutenção, assistência e assessoria de projetos e atividades culturais;

V.- propor meios que garantam o pleno exercício dos direitos culturais, bem como acesso às fontes de cultura;

VI.- apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais;

VII.- pesquisar, identificar, proteger e valorizar o patrimônio cultural local;

VIII.- propor intercâmbio cultural com outros municípios da região, integração dos programas culturais municipal e regional;

IX.- propor a instalação de casas de cultura, museus e arquivos e de espaços públicos, equipados para garantir a produção, divulgação e apresentação de manifestações culturais e artísticas;

X.- fiscalização do município, no sentido de garantir uma política cultural não-intervencionista, visando a participação de todos, na vida cultural, bem como para resguardar e defender a integridade, pluralidade, independência e autenticidade das culturas brasileiras, no município;

XI.- opinar sobre questões de preservação de bens culturais e preservação da paisagem e formações naturais do município;

XII.- opinar sobre o tombamento de bens móveis e imóveis de valor histórico, ambiental, cultural, arqueológico, etnográfico; paisagístico, arquivístico e bibliográfico, artístico ou arquitetônico, existente no Município.

2/5

XIII.- propor normas ordenadas e disciplinadoras da preservação de bens culturais; bem como opinar sobre projetos de conservação e aproveitamento turístico e cultural desses bens;

XIV.- ajuizar quanto às medidas de proteção dos valores culturais, ambientais e históricos;

XV.- propor e opinar sobre a elaboração de um calendário anual de cultura e de preservação de bens móveis e imóveis.

Art. 3º - Este Conselho será composto por até dois representantes de cada uma das seguintes áreas:-

I.- Literatura;
II.- Artes Plásticas;
III.- Artes Cênicas;
IV.- Dança;
V.- Música;
VI.- Cinema e Vídeo;
VII.- Museologia;
VIII.- Fotografia;
IX.- Artesanato;
X.- Arquivismo;
XI.- História; e
XII.- Folclore.

§ 1º - Também farão parte deste Conselho, até dois representantes do DEC.

§ 2º - O DEC ficará responsável pela convocação dos membros das áreas citadas, para que entre eles, e por eles, possam ser escolhidos seus representantes. Tal convocação deverá ser feita por jornal local.

§ 3º - Outras áreas culturais poderão vir a fazer parte deste Conselho.

§ 4º - O Prefeito baixará uma portaria nomeando os membros do Conselho, até trinta dias após a publicação desta lei.

Art. 4º - O DEC será o responsável pela viabilização da política cultural e pela garantia de condições de infraestrutura para o pleno funcionamento deste Conselho.

Art. 5º - Este Conselho poderá participar de outros Conselhos ou entidades relativas, de caráter regional ou estadual ou ainda, de interesse à comunidade.

Art. 6º - Dentro de trinta dias da publicação da portaria de nomeação dos membros deste Conselho, este apresentará seu regimento interno para homologação pelo Prefeito e publicação.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor

na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário, e em especial a Lei nº 1.708, de 05 de fevereiro de 1 988.

Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, aos 02 de outubro de 1 990.

ROMEU ANTONIO BORDIGNON
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.089

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROMEU ANTONIO BORDIGNON, Prefeito do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, etc.,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:-

Art. 1º - Esta lei cria o CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, segundo o que preceitua a vigente Lei Orgânica de Mogi Mirim.

Art. 2º - Este Conselho tem as seguintes atribuições, entre outras:-

I.- estabelecer uma política educacional municipal;

II.- elaborar o plano municipal de Educação, juntamente com o DEC, respeitadas as diretrizes e normas gerais dos planos nacional e estadual de educação;

III.- fiscalizar o cumprimento dos artigos 222 e 224, da Lei Orgânica de Mogi Mirim;

IV.- fiscalizar o cumprimento do plano municipal de educação;

V.- propor programas de bolsas de estudos;

VI.- propor programas de alfabetização de adultos;

VII.- propor programas de atualização e aperfeiçoamento de educadores e trabalhadores da educação;

VIII.- propor programa de material didático para estudantes carentes;

IX.- propor a formação de bibliotecas;

X.- emitir parecer sobre leis que modifiquem o plano Municipal de Educação, antes de sua aprovação;

XI.- ter um representante na Fundação a ser constituída, caso haja o desenvolvimento de curso superior pelo município;

XII.- propor programas de utilização dos bens físico-esportivos do Município, por parte das escolas locais;

XIII.- propor atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências;

XIV.- propor programas suplementares de alimentação e assistência à saúde;

XV.- propor a cooperação do município na conservação dos móveis escolares e das Escolas;

XVI.- outras atividades correlatas.

Art. 3º - Este Conselho será composto por até dois membros dos seguintes órgãos e entidades:-

I.- Assosciação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP);

II.- União Mogimiriana dos Estudantes (UME);

III.- Centro do Professorado Paulista (CPP);

IV.- União dos Diretores Estaduais do Magistério Oficial (UDEMO);

V.- Das Associações de Pais e Mestres (APM's);

VI.- Departamento de Educação e Cultura (DEC);

VII.- Delegacia de Ensino de Mogi Mirim;

VIII.- Representante dos Professores Universitários;

IX.- Representante das Mantenedoras de Escolas particulares;

X.- Representante de Pesquisadores Científicos locais.

§ 1º - O DEC convocará os membros de cada setor, para que eles possam indicar seus representantes. Tal convocação será feita por jornal local.

§ 2º - O Prefeito baixará uma Portaria nomeando os membros deste Conselho, até trinta dias após a publicação desta lei.

Art. 4º - O DEC será o responsável pela viabilização das decisões deste Conselho e pela garantia de condições de infraestrutura ao seu pleno funcionamento.

Art. 5º - Este Conselho poderá participar de outros Conselhos ou entidades relativas, de caráter regional ou estadual ou ainda, de interesse à comunidade.

Art. 6º - Dentro de trinta dias da publicação da portaria de nomeação dos membros deste Conselho, este apresentará seu Regimento Interno para homologação pelo Prefeito e publicação.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, aos 02 de outubro de 1 990.

ROMEU ANTONIO BORDIGNON
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.090

INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO-AMBIENTE (COMDEMA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROMEU ANTONIO BORDIGNON, Prefeito do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, etc.,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:-

Art. 1º - Esta lei institui o **CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE (COMDEMA)**, segundo o disposto no art. 197 da vigente Lei Orgânica do Município.

Art. 2º - São atribuições do **COMDEMA**, além de outras:-

I.- estabelecer a política de defesa do meio-ambiente;

II.- elaborar o planejamento e o zoneamento ambientais, juntamente com os demais Conselhos envolvidos e os Departamentos respectivos;

III.- determinar providências para a efetiva proteção ecológica;

IV.- solicitar referendos populares para os projetos que impliquem em impacto ambiental, realizando audiências públicas, obrigatoriamente, com a participação de entidades representativas da população, especialmente da comunidade envolvida;

V.- analisar, aprovar ou vetar projetos públicos ou privados que impliquem em impacto ambiental;

VI.- realizar audiências públicas, quando da análise de projetos que impliquem em impacto ambiental, com a participação de entidades representativas da população, especialmente da comunidade envolvida;

VII.- colaborar para o cumprimento do disposto no artigo 199, da Lei Orgânica Municipal;

VIII.- estabelecer um programa de recuperação da mata ciliar - urbana e rural;

IX.- elaborar e implantar um Plano Municipal de Meio Ambiente e Recursos Naturais;

X.- propor sanções administrativas aos que tiverem condutas e atividades lesivas ao meio-ambiente, bem como os valores das multas aplicáveis;

XI.- gerir um Fundo formado por recursos oriundos de Multas administrativas, de condenações judiciais por atos lesivos ao meio-ambiente e

das taxas incidentes sobre a utilização dos recursos ambientais, bem como por doações de entidades privadas ou de instituições em geral, que visem especificamente ações de proteção ou recuperação ambientais;

XII.- estabelecer programas de monitoragem para os que utilizam recursos ambientais;

XIII.- fazer propostas para a elaboração de um Plano Plurianual de Saneamento, para a utilização racional da água, do solo e do ar;

XIV.- propor ações de combate à poluição, visando obter um meio-ambiente ecologicamente equilibrado;

XV.- apresentar minutas de projetos de lei relativos ao meio-ambiente;

XVI.- constituir uma biblioteca para consultas por estudantes e pelà população;

XVII.- atividades correlatas.

Art. 3º - O **COMDEMA** será formado por um representante de cada um dos seguintes órgãos e entidades:-

I.- Departamento de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente (**DAAMA**) da Prefeitura;

II.- Departamento de Saúde da Prefeitura;

III.- Instituto Florestal local;

IV.- Delegacia Agrícola de Mogi Mirim;

V.- Polícia Florestal com sede na região;

VI.- Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Região de Mogi Mirim (**AEAAMM**);

VII.- Ordem dos Advogados do Brasil - 60ª Sub-seção (**OAB - Mogi Mirim**);

VIII.- Associação Comercial e Industrial de Mogi Mirim (**ACIMM**);

IX.- Associação Paulista de Medicina - Regional de Mogi Mirim;

X.- Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas - Regional Mogi Mirim;

XI.- Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (**APEOESP**);

XII.- Sindicato Rural da Região de Mogi Mirim;

XIII.- Cooperativa Agropecuária Mista da Região de Mogi Mirim;

XIV.- Delegacia de Ensino da Região de Mogi Mirim;

XV.- Curador do Meio Ambiente.

§ 1º - As entidades serão oficiadas para que indiquem seus representantes.

§ 2º - As Associações de Moradores elegerão um representante para fazer parte do **COMDEMA.**

§ 3º - Os membros do **COMDEMA** não serão remunerados.

Art. 4º - O Prefeito baixará uma Portaria nomeando os membros do **COMDEMA**, indicados por suas respectivas entidades ou órgãos, até trinta dias após a publicação desta lei.

Parágrafo Único - Também poderá haver indicação de pessoa que seja ligada à área de meio-ambiente, sempre ouvidos os membros do **COMDEMA.**

Art. 5º - O Departamento de Obras e Viação (DOV) está obrigado a comunicar ao **COMDEMA**, todos os projetos de indústrias aprovados e todos os " habite-se" emitidos para as mesmas, ou para atividades que interfiram no meio-ambiente.

Art. 6º - Uma divisão do DAAMA será responsável pela operacionalização das deliberações do **COMDEMA**, bem como pela garantia de condições para seu pleno funcionamento, com alocação de pessoal necessário.

Art. 7º - O **COMDEMA** poderá conveniar-se ao Conselho Estadual de Defesa do Meio-Ambiente (COMSEMA), bem como a outros - regional ou de interesse para a comunidade.

Art. 8º - Dentro de trinta dias da publicação da portaria de nomeação dos membros do **COMDEMA**, este apresentará seu Regimento Interno para homologação pelo Prefeito e publicação.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogadas as disposições em contrário, e em especial a lei nº 1.202, de 19 de maio de 1 978.

Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, aos 02 de outubro de 1 990.

ROMEU ANTONIO BORDIGNON
Prefeito Municipal

Câmara

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO — BRASIL

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.091

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROMOÇÃO SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROMEU ANTONIO BORDIGNON, Prefeito do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, etc.,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:-

Art. 1º - Esta lei cria o **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e PROMOÇÃO HUMANA**, vinculado ao Departamento de Promoção Social, em atenção ao disposto no art. 275 da vigente Lei Orgânica do Município.

Art. 2º - São suas atribuições, entre outras:-

I.- estabelecer uma política de assistência social e de Promoção Humana;

II.- fiscalizar a execução desta política;

III.- propor ações no sentido de garantir assistência a todos os menores, famílias carentes, idosos e deficientes, pelo município ou através de convênios com entidades privadas, sem fins lucrativos;

IV.- propor subvenções do município a entidades de assistência e de promoção humana;

V.- orientar a formação do Conselho Consultivo do Fundo Social de Solidariedade local;

VI.- promover a integração das ações dos órgãos do Município e as entidades locais;

VII.- propor a revisão de valores destinados em convênios, às entidades locais;

VIII.- propor programas de assistência ao migrante e postos de triagem;

IX.- propor a permissão de uso de terras públicas às entidades para uso para ensino e/ou para obtenção de renda pelas mesmas;

X.- propor projeto de interesse das comunidades carentes e a instalação de núcleos de promoção;

XI.- outras atividades correlatas.

Art. 3º - Este Conselho será composto por um representante de cada uma das entidades de Assistência Social, de cada uma das de Promoção Humana, do Departamento de Saúde, do Departamento de Promoção Social, da Coordenadoria local da Secretaria de Estado dos Negócios da Promoção Social, do Fundo Social de Solidariedade e de Assistênte Social, representante da classe.

RB

§ 1º - O Departamento de Promoção Social reunirá as assistentes sociais para que as mesmas escolham entre si, sua representante neste Conselho. A convocação das mesmas, para a reunião será feita por jornal local.

§ 2º - As demais entidades e órgãos indicarão seus representantes.

§ 3º - O Prefeito baixará uma Portaria nomeando os membros deste Conselho até trinta dias após a publicação desta lei.

§ 4º - Os membros deste Conselho não serão remunerados.

Art. 4º - O Departamento de Promoção Social será o responsável pela viabilização das decisões deste Conselho e pela garantia de condições de infraestrutura ao seu pleno funcionamento.

Art. 5º - Este Conselho poderá participar de outros Conselhos ou entidades relativas, de caráter regional ou estadual ou ainda, de interesse à comunidade.

Art. 6º - Dentro de trinta dias da publicação da portaria de nomeação dos membros deste Conselho, este apresentará seu regimento interno para homologação pelo Prefeito e publicação.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, aos 02 de outubro de 1 990.

ROMEU ANTONIO BORDIGNON
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.092

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROMEU ANTONIO BORDIGNON, Prefeito do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, etc.,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:-

Art. 1º - Esta lei cria o **CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**, órgão consultivo ligado ao Departamento de Obras e Viação (DOV), conforme o art. 176 da vigente Lei Orgânica de Mogi Mirim.

Art. 2º - São atribuições deste Conselho, entre outras:-

I.- estabelecer a política de desenvolvimento urbano;

II.- fazer propostas para elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI), sobre uso e ocupação do solo, zoneamento, transporte e alocação de equipamentos urbanos;

III.- opinar na revisão do PDDI, a cada cinco anos;

IV.- opinar sobre qualquer assunto do PDDI ou de outras leis relativas ao desenvolvimento urbano, quando solicitado por Vereador, pelo Prefeito ou por quaisquer de seus membros;

V.- promover ou solicitar ao DOV., estudos e pesquisas sobre assuntos tratados no PDDI ou em leis correlatas;

VI.- colaborar na implantação, coordenação, execução e fiscalização dos programas do PDDI;

VII.- colaborar nos estudos e pesquisas relativas ao desenvolvimento urbano e na sua divulgação;

VIII.- participar dos programas de habitação popular e da formulação da política habitacional;

IX.- fazer propostas quanto a obras e ações relativas a saneamento;

X.- participar da gerência do Fundo Municipal de Habitação;

XI.- desenvolver outras atividades correlatas.

Art. 3º - Este Conselho será formado por até dois representantes de cada um dos seguintes órgãos e entidades:-

I.- Divisão de Urbanismo do Departamento de Obras e Viação (DOV);

II.- Divisão de Transportes do DOV;

III.- Divisão de Planejamento e Coordenação;

IV.- Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Região de Mogi Mirim (AEAAMM);

V.- Ordem dos Advogados do Brasil - 60ª Sub-seção (OAB - Mogi Mirim);

VI.- Associação Comercial e Industrial de Mogi Mirim (ACIMM);

VII.- Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE);

VIII.- Representante da Agência local do Instituto Brasileito de Geografia e Estatística (IBGE).

§ 1º - As entidade/órgãos serão oficiadas para que indiquem seus representantes.

§ 2º - As Associações de Moradores elegerão um representante para fazer parte deste Conselho.

§ 3º - Os membros deste Conselho não serão remunerados.

Art. 4º - O Prefeito baixará uma portaria nomeando os membros deste Conselho, indicados por suas respectivas entidades ou órgãos, até trinta dias após a publicação desta lei.

Art. 5º - O DOV será responsável pela implantação da política de desenvolvimento urbano e pela garantia de condições de infraestrutura para o pleno funcionamento deste Conselho.

Art. 6º - Este Conselho poderá participar de outros Conselhos de caráter regional, estadual ou de interesse à comunidade.

Art. 7º - Dentro de trinta dias da publicação da portaria de nomeação dos membros deste Conselho, este apresentará seu regimento Interno para homologação pelo Prefeito e publicação.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, aos 02 de outubro de 1 990.

ROMEU ANTONIO BORDIGNON
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.114

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL RURAL E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROMEU ANTONIO BORDIGNON, Prefeito do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, etc.,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:-

Art. 1º - Esta lei cria o Conselho Municipal Rural, órgão consultivo ligado ao Departamento de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente - DAAMA, segundo o que dispõe a vigente Lei Orgânica de Mogi Mirim.

Art. 2º - São Atribuições deste Conselho, entre outros:

I - propor diretrizes para estabelecimento da política de desenvolvimento rural;

II - propor ações que garantam a melhoria das condições do homem do campo;

III - propor plano de construção e conservação de estradas vicinais e serviços de transporte coletivo rural;

IV - incentivar a ação conjunta de Cooperativas, Associações e Sindicatos de Classe;

V - propor ações relativas à produção agrícola e assistência técnica;

VI - propor programa de abastecimento alimentar, de produção e distribuição de alimentos básicos e da horticultura, bem como a criação de canais alternativos de comercialização;

VII - participar da organização de armazém comunitário, de serviço municipal de máquinas agrícolas e de bolsa municipal de arrendamento de terras;

VIII - fazer propostas para a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Rural Integrado, previsto no artigo 178, da Lei Orgânica de Mogi Mirim;

IX - propor ações nas áreas agrícola e agrária, para garantir as diretrizes e metas do Plano de Reforma Agrária , em nível municipal;

X - propor medidas para fiscalização do transporte de trabalhadores rurais e garantia de legislação pertinente;

XI - propor ações relativas à preservação dos mananciais e da mata ciliar, da área rural, obedecido o disposto no parágrafo único, do artigo 181, da Lei Orgânica de Mogi Mirim;

XII - propor programas de proteção à saúde do trabalhador rural, especialmente com relação à proteção contra contaminação por defensivos agrícolas, em consonância com o Conselho Municipal de Saúde;

XIII - outras atividades correlatas.

Art. 3º - Este Conselho será formado por representante de cada um dos seguintes órgãos e entidades:-

I - Departamento de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente - DAAMA;

II - Delegacia Agrícola de Mogi Mirim;

III - Comunidade ou Bairro Rural;

IV - **Vetado;**

V - Representante da Classe dos Veterinários;

VI - Cooperativa Agropecuária Mista da Região de Mogi Mirim;

VII - Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Mogi Mirim;

VIII - Sindicato Rural de Mogi Mirim.

§ 1º - As entidades/órgãos serão oficiados para que indiquem seus representantes e a classe dos veterinários será convocada por jornal, pelo DAAMA, para escolha, entre eles e por eles, de seus representantes.

§ 2º - Cada Comunidade Rural poderá eleger um representante para fazer parte deste Conselho.

§ 3º - Os membros deste Conselho não serão remunerados.

Art. 4º - O Prefeito baixará uma portaria nomeando os membros deste Conselho, indicados por suas respectivas entidades, órgãos ou classe, até trinta dias após a publicação desta lei.

Art. 5º - O DAAMA será o responsável pela implantação da política de desenvolvimento rural e pela garantia de condições de infra-estrutura para o seu pleno funcionamento.

Art. 6º - Este Conselho poderá participar de outros Conselhos de caráter regional, estadual ou de interesse à comunidade.

Art. 7º - Dentro de trinta dias da publicação da portaria de nomeação dos membros deste Conselho, este apresentará seu regimento interno para homologação pelo Prefeito e publicação.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, aos 12 de novembro de 1.990.

ROMEU ANTONIO BORDIGNON
Prefeito Municipal

CÂMARA ... 45 ...
Folha n.º 26

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.203

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

ROMEU ANTONIO BORDIGNON, Prefeito do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, etc.,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:-

Art. 1º - Ao Conselho Municipal de Saúde - CMS, previsto no artigo 221 da Constituição do Estado de São Paulo e, no artigo 258, III, parágrafo 1º, da Lei Orgânica do Município de Mogi Mirim, compete:-

I - atuar na formulação de estratégias e no controle de execução da Política Municipal de Saúde;

II - estabelecer diretrizes para elaboração dos planos de saúde, adequado à realidade epidemiológica e de organização de serviços, no âmbito do Município;

III - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde, no âmbito do Município e

IV - propor medidas para o aperfeiçoamento de organização e do funcionamento do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Saúde, será presidido pelo Diretor Municipal de Saúde e terá a seguinte composição:-

I - 01 representante do Departamento Municipal de Saúde;

II - 01 representante da Secretaria de Estado de Saúde;

III - 01 representante de prestadores de serviço da saúde, de entidades filantrópicas;

IV - 01 representante do conjunto de entidades de prestação de serviços de saúde com fins lucrativos;

V - 01 representante do sindicato de trabalhadores da saúde;

VI - 05 representantes dos usuários, indicados pelos sindicatos de trabalhadores, sindicatos patronais, associações e conselhos comunitários, associações de doentes e de porta-

dores de deficiência e outras entidades da sociedade civil representativas de usuários e,

VII - será indicado igual número de suplentes.

Art. 3º - Os membros do Conselho Municipal de Saúde - CMS, serão indicados por seus pares e nomeados pelo Prefeito Municipal, por Portaria, no prazo de 30 dias após a publicação desta lei.

Parágrafo Único - As funções de membro do Conselho Municipal de Saúde - CMS não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado serviço relevante à preservação da saúde da população.

Art. 4º - As decisões do Conselho Municipal de Saúde serão expressas em Deliberações.

Art. 5º - O Conselho Municipal de Saúde, poderá convidar entidades, autoridades, cientistas e técnicos nacionais ou estrangeiros, para colaborarem em estudos ou participarem de comissões instituídas no âmbito do próprio Conselho Municipal de Saúde.

Art. 6º - A organização e funcionamento do Conselho Municipal de Saúde serão disciplinados no regimento Interno, aprovado pelo seu Plenário.

Parágrafo Único - No prazo de 30 dias após a nomeação, deverá ser apresentado o Regimento Interno, homologado, por Decreto, pelo Prefeito Municipal.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de suas publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, aos 28 de junho de 1991.

ROMEU ANTONIO BORDIGNON
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.220

VEREADOR JAMIL BACAR, Presidente da Câmara Municipal de Mogi-Mirim, Estado de São Paulo etc., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 59, § 9º, da Lei Orgânica de Mogi-Mirim, de 4 de abril de 1990, combinado com o artigo 219, da Resolução 103, de 18 de setembro de 1981 (Regimento Interno vigente),

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Mogi-Mirim **REJEITOU O VETO TOTAL** do Executivo aposto ao Projeto de Lei **52, de 1991** (ficando a matéria conseqüentemente aprovada) e o Chefe do Executivo deixou transcorrer o prazo previsto no § 5º, sem ter efetuado a promulgação, ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído no Município de Mogi-Mirim o Conselho Municipal de Entorpecentes.

Art. 2º - São objetivos do Conselho Municipal de Entorpecentes de Mogi-Mirim:

I - propor o Programa Municipal de Prevenção do Uso indevido e Abuso de Drogas e Entorpecentes, compatibilizando- o como o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes, bem como com a política estadual de entorpecentes, companhando a sua execução;

II - estimular estudos sobre o problema do uso indevido e abuso de drogas, entorpecentes e substâncias que determinem dependência física e psíquica, visando à sua prevenção;

III - coordenar, desenvolver e estimular, no âmbito do Município, programas e atividades de prevenção do uso indevido e abuso de drogas, entorpecentes e substâncias que determinem dependência física e psíquica;

IV - propor ao Prefeito medidas que visem aos objetivos previstos nos incisos anteriores;

V - propor ao Prefeito sugestões sobre a matéria, para fins de encaminhamentos a autoridades e órgãos federais, estaduais e de outros municípios.

Art. 3º - O Conselho Municipal de Entorpecentes de Mogi-Mirim será integrado pelos seguintes membros natos e eletivos nomeados pelo Prefeito:

I - Serão membros natos as seguintes autoridades:

a) Juiz de Direito;

b) Promotor de Justiça;

c) Delegado de Polícia;

d) Delegado de Ensino;

e) Comandante da Polícia Militar do Município;

f) Comandante da Guarda Municipal;

g) 1 (um) representante dos Farmacêuticos; e

h) 1 (um) Vereador representando a Câmara Municipal.

II- 5 (cinco) representantes da Prefeitura Municipal, sendo 1 (um) do Departamento Jurídico, 1 (um) do Departamento de Promoção Social, 1 (um) do Departamento de Educação, 1 (um) do Departamento de Esportes e Lazer e 1 (um) do Departamento de Saúde.

III- 1 (um) representante de cada clube de serviço com sede no Município.

IV - 1 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil Subsecção de Mogi-Mirim.

V - 1 (um) representante de cada Conselho Municipal constituído.

Parágrafo único - Os membros do Conselho terão mandato de 2 (dois) anos permitida a recondução.

Art. 4º - o Conselho Municipal de Entorpecentes será presidido por um dos seus membros eleito entre seus pares e nomeado pelo Prefeito Municipal.

Art. 5º - As funções de membro do Conselho não serão renumeradas sendo, porém, consideradas de relevante serviço público.

Art. 6º - Um dos Departamentos da Prefeitura, deverá se necessário auxiliar a implantação e funcionamento do Conselho através de funcionários do quadro atual.

Art. 7º - Fica instituído o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso, a ser gerido pelo Conselho Municipal de Entorpecentes.

Art. 8º - Constituirão recursos do Fundo de que trata o artigo anterior:

I - dotações específicas estabelecidas no orçamento do Município;

II - doações de organismos ou entidades estaduais, nacionais, internacionais, bem como de pessoas físicas ou jurídicas nacionais ou estrangeiras.

Parágrafo único - Os saldos verificados no final de cada exercício serão automaticamente transferidos para o exercício seguinte, a crédito do Fundo.

Art 9º - Os recursos do Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate as Drogas de Abuso, serão destinados:

I - aos programas de educação preventiva sobre o uso de drogas de abuso;

II - aos programas de esclarecimento ao público.

Art.10 - O Poder Executivo baixará os atos necessários à regulamentação desta Lei.

Art.11 - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, oportunamente se necessário.

Art.12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Mogi-Mirim, em 19 de setembro de 1991.

VEREADOR JAMIL BACAR
Presidente da Câmara

Registrada na Secretaria e afixada, em igual data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal.

Bel. VALTER JOSÉ POLETTINI
Diretor-Geral

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.241

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTES.

ROMEU ANTONIO BORDIGNON, Prefeito do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, etc.,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:-

Art. 1º - Fica criado o **Conselho Municipal de Esportes** com a finalidade de formular a política e incentivar as atividades esportivas do município.

Art. 2º - O Conselho será composto de membros, indicados pelas entidades e ou setor abaixo, e nomeados pelo Prefeito Municipal, através de portaria, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação da presente lei:-

I - 1 (um) representante do Departamento de Recreação, Esportes e Turismo da Prefeitura Municipal - "DERETUR";

II - 1 (um) representante da Liga de Futebol da Salão;

III - 1 (um) representante da Liga de Futebol de Campo;

IV - 1 (um) representante da Modalidade Voley-Bol;

V - 1 (um) representante da Modalidade Basquete-Bol;

VI - 1 (um) representante da Modalidade Atletismo;

VII - 1 (um) representante dos Clubes Recreativos;

VIII - 1 (um) representante da Modalidade Futebol Senior;

IX - 1 (um) representante dos Kartistas;

X - 1 (um) representante das Torcidas Organizadas;

XI - 1 (um) representante do Mogi Mirim Esporte Clube;

XII - 1 (um) representante das Sociedades de Amigos de Bairros;

XIII - 1 (um) representante da Delegacia de Ensino;

XIV - 1 (um) representante da Modalidade Judô;

XV - 1 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores;

XVI - 1 (um) representante dos Empresários e/ou dos Comerciantes, indicado pelo Associação Comercial e Industrial de Mogi Mirim - ACIMM;

XVII - 1 (um) representante da Modalidade Pedestrianismo;

XVIII - 1 (um) representante da Modalidade Xadrez;

XIX - 1 (um) representante da Modalidade Tênis de Mesa;

XX - 1 (um) representante da Modalidade Tênis de Campo;

XXI - 1 (um) representante da Modalidade Capoeira e,

XXII - 1 (um) representante da Modalidade Natação.

§ 1º - O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

§ 2º - A cada membro efetivo corresponderá um suplente.

§ 3º - O Diretor do Departamento de Recreação, Esportes e Turismo da Prefeitura Municipal designará servidor para a função de Secretário Executivo do Conselho a quem competirá promover o apoio administrativo e secretariar as reuniões do Órgão.

Art. 3º - Na medida em que ocorrer a evolução das modalidades desportivas, as mesmas poderão indicar seu representante para compor o Conselho.

Art. 4º - O exercício do mandato de Conselheiro não será remunerado e, será considerado serviço público relevante.

Art. 5º - Compete ao Conselho Municipal de Esportes:-

I - elaborar a política municipal de esportes, em conjunto com o DERETUR;

II - realizar estudos que objetivem desenvolver as diferentes modalidades esportivas;

III - opinar sobre a concessão de subvenções a entidades esportivas do Município;

IV - elaborar o calendário de eventos desportivos do Município;

V - elaborar estudos e políticas de investimentos do Município na área esportiva;

VI - formular políticas para o incentivo ao esporte amador;

VII - manter intercâmbio com entidades similares de outros Municípios e do Governo do Estado e,

VIII - elaborar o seu regimento interno.

Art. 6º - Para exame e equacionamento de problemas específicos relacionados com o Conselho, o Presidente poderá criar grupos de trabalho e comissão técnica, envolvendo os representantes, órgãos e entidades privadas e governamentais.

Art. 7º - O Município só concederá subvenção, auxílio ou qualquer outro tipo de ajuda financeira para fins desportivos, de acordo com critérios e orientações estabelecidas pelo Conselho Municipal de Esportes.

Art. 8º - Este Conselho, no interesse da comunidade, poderá participar de outros Conselhos em âmbito Regional, Estadual ou Interestadual.

Art. 9º - Dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da publicação desta lei, o Conselho Municipal de Esportes elaborará o seu Regimento Interno a ser homologado pelo Prefeito Municipal através de Decreto.

Art. 10 - As despesas decorrentes da presente lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 11 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, aos 13 de novembro de 1.991.

ROMEU ANTONIO BORDIGNON
Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.279

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROMEU ANTONIO BORDIGNON, Prefeito do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, etc.,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:-

Art. 1º - Esta lei cria o conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão deliberativo e controlador da política de atendimento à criança e ao adolescente, nos termos da lei federal nº 8069/90.

Art. 2º - São suas atribuições, dentre outras:

I - formular a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, definindo prioridades e controlando as ações de execução;

II - opinar na formulação das políticas sociais básicas de interesse;

III - deliberar sobre a conveniência e oportunidade de implementação de programas e serviços de assistência social, em caráter supletivo, aos que necessitam, bem como sobre serviços especiais como a prevenção e atendimento médico e psicológico às vítimas de maus tratos, opressão e exploração e outros;

IV - estimular o Poder Público e as organizações, entidades e movimentos, representativas da sociedade civil, na elaboração de planos, programas, atividades, ações e serviços que tenham por direitos da criança e do adolescente;

V - deliberar sobre a conveniência da criança de entidades governamentais e não-governamentais de assistência social;

VI - articular os órgãos, entidades, movimentos ou organizações de caráter governamental ou não governamental, existente no município de Mogi Mirim que mantenham programas, atividades, ações ou serviços cujas finalidades sejam a proteção, defesa, promoção, garantias, preservação e recuperação dos direitos da criança e do adolescente, ou possam colaborar na consecução destas finalidades;

VII - registrar as entidades não governamentais de atendimento dos direitos da criança e do adolescente que mantenham programas de:

a.) orientação e apoio sócio-familiar;

b.) apoio sócio-educativo em meio aberto;

c.) colocação sócio-familiar;

d.) abrigo;

e.) liberdade assistida;

f.) semi-liberdade, e

g.) internação.

VIII - gerir o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, alocando recursos aos programas das entidades governamentais e repassando verbas às entidades não-governamentais;

IX - deliberar sobre a realização de consórcio intermunicipal de atendimento regionalizado e sobre convênios da área;

X - propor modificações nas estruturas dos departamentos e órgãos da administração, ligados à promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

XI - opinar sobre o orçamento municipal destinado à assistência social, sáude e educação, bem como sobre o funcionamento do Conselho Tutelar, a ser criado por lei, indicando as modificações necessárias à consecução da política formulada;

XII - opinar sobre a destinação de recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer, voltadas à infância e à juventude;

XIII - proceder à inscrição de programas de proteção e sócio-educativos de entidades governamentais e não governamentais, na forma dos artigos 90 e 91, da lei federal 8069/90;

XIV - fixar critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações e demais receitas, aplicando necessariamente, percentual para o incentivo ao recolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfão ou abandonado, de difícil colocação familiar;

XV - dar posse aos membros deste Conselho;

XVI - solicitar as indicações para preenchimento de cargo de Conselheiro, nos casos de vacância e término de mandato;

XVII - estabelecer política de formação de pessoal com vista à qualificação do atendimento da criança e do adolescente;

XVIII - manter intercâmbio com entidades internacionais, federais e estaduais congêneres, ou

que tenham atuação na proteção, promoção e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XIX - realizar e incentivar campanhas promocionais de conscientização dos Direitos da Criança e do Adolescente; e

XX - acompanhar a programação da lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Municipal em relação às políticas voltadas para a criança e o adolescente.

Art. 3º - Este Conselho é composto de treze membros, sendo:

I - um representante do Departamento de Educação e Cultura (DEC);

II - um representante do Departamento de Promoção Social;

III - um representante do Departamento de Saúde;

IV - um representante do Departamento de Esporte, Recreação e Turismo (DERETUR);

V - um representante do Departamento de Finanças;

VI - um representante dos Diretores de Escolas de 1º e 2º Graus locais;

VII - um representante da 60ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil;

VIII - seis representantes de entidades não governamentais atuantes na assistência à criança e ao adolescente;

§1º - Os conselheiros representantes dos Departamentos da Prefeitura, e seus respectivos suplentes, serão indicados pelos Diretores, no prazo de trinta dias da publicação desta lei;

§2º - O representante da OAB e seu suplente serão indicados pela entidade, por ofício;

§3º - Os representantes das entidades não governamentais atuantes na assistência à criança e ao adolescente e seus respectivos suplentes, serão eleitos pelo voto dessas entidades, reunidas em Assembléia Geral, convocada por este Conselho, sendo que para o primeiro conselho, a convocação será feita pelo Departamento de Promoção Social da Prefeitura, por edital publicado na imprensa, em trinta dias após a publicação desta lei;

§4º - A função de Conselheiro é considerada de relevante interesse público e não será remunerada;

§5º - Os Conselheiros e os suplentes terão mandato de dois anos, admitindo-se a renovação apenas uma vez e por igual período;

§6º - A nomeação e posse do primeiro Conselho far-se-á pelo Prefeito, por Portaria, obedecida a origem das indicações e os demais, por este Conselho Municipal;

§7º - A Portaria do Prefeito, mencionada no parágrafo anterior, deverá ser publicada, no prazo de quarenta e cinco dias da publicação desta lei.

Art. 4º - Este Conselho, no interesse da comunidade poderá participar de outros Conselhos em âmbito Regional, Estadual ou Interestadual.

Art. 5º - Os membros deste Conselho elaborarão o Regimento Interno, no prazo de trinta dias da publicação da Portaria de nomeação, e será Homologado pelo Prefeito, por decreto e publicado.

Art. 6º - O Departamento de Promoção Social, o de Saúde e o de Educação e Cultura (DEC) serão os responsáveis pelo fornecimento de recursos materiais e humanos para o pleno funcionamento deste Conselho.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, aos 25 de fevereiro de 1 992.

ROMEU ANTONIO BORDIGNON
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.285

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROMEU ANTONIO BORDIGNON, Prefeito do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, etc.,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:-

Art. 1º - Fica criado, por esta Lei, o Conselho Municipal de Segurança.

Art. 2º - São atribuições deste Conselho, dentre outras:

I - propor a política de segurança do município;

II - fazer reivindicações e propor soluções aos órgãos de segurança;

III - emitir parecer sobre projetos atinentes à segurança pública, no âmbito municipal;

IV - planejar a ação comunitária de segurança e avaliar seus resultados;

V - desenvolver campanhas educativas, visando orientar a população sobre condições e formas de segurança;

VI - trabalhar junto à população, à política e ao governo para combater causas que gerem a criminalidade e a violência em geral.

Art. 3º - Este Conselho formado pelos seguintes membros:

I - um representante da 60ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil;

II - um representante de cada Associação de Moradores de Mogi Mirim;

III - um representante de cada Associação e Sindicato de Classe locais;

IV - um representante da Prefeitura Municipal;

V - um representante da Comissão de Defesa Civil - COMDEC, de Mogi Mirim, e

VI - pessoas interessadas na questão, segundo o disposto no Regimento Interno.

§1º - Fica vedada a participação de servidores municipais neste Conselho, exceção feita no caso do inciso IV, deste artigo.

§2º - Os membros deste Conselho não serão remunerados, sendo seus trabalhos considerados de relevante serviço público.

§3º - As entidades referidas nos incisos I, II, III, e V serão oficiados para que indiquem seus representantes, ao Prefeito, no prazo de trinta dias após a publicação desta lei.

§4º - O Prefeito baixará uma Portaria nomeando os membros deste Conselho, no prazo de sessenta dias após a publicação desta lei.

Art. 4º - O Departamento de Segurança da Prefeitura Municipal garantirá recursos materiais e humanos para o pleno funcionamento deste Conselho.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, aos 25 de fevereiro de 1 992.

ROMEU ANTONIO BORDIGNON
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.359

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROMEU ANTONIO BORDIGNON, Prefeito do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, etc.,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:-

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal da Condição Feminina.

Art. 2º - São suas atribuições, dentre outras:

I - formular diretrizes e propor atividades que objetivem a defesa dos direitos da mulher, a eliminação das discriminações que a atingem e promover sua plena integração na comunidade;

II - emitir pareceres para a Prefeitura e para a Câmara Municipal, em questões relativas à Mulher;

III - propor projetos de lei, ao Prefeito e à Câmara Municipal, sobre assuntos de interesse da Mulher;

IV - desenvolver projetos e propor ações que promovam a participação da Mulher em todos os campos de atividades;

V - realizar intercâmbio com entidades governamentais ou não, que promovam os direitos da Mulher e o fim da discriminação;

VI - propor providências de defesa à Mulher, junto à Delegacia de Defesa da Mulher de Mogi Mirim, e

VII - outras atividades correlatas.

Art. 3º - Os recursos humanos e financeiros e toda a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, serão de responsabilidade do Departamento de Administração da Prefeitura.

Art. 4º - Comporão este Conselho, as seguintes Conselheiras:

I - uma representante do Fórum Judiciário da Comarca de Mogi Mirim;

II - uma representante do Fórum Trabalhista local;

III - uma representante da 60ª Sub-seção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);

IV - uma representante do Departamento de Educação e Cultura (DEC);

V - uma representante do Departamento de Saúde;

VI - uma representante do Departamento de Promoção Social;

VII - uma representante do Departamento Jurídico;

VIII - uma representante de cada entidade civil local, ligada à questão da Mulher;

IX - três representantes das Associações de Moradores locais, e

X - três representantes de classe locais.

Art. 5º - Este Conselho poderá participar de outros conselhos ou entidades relativos de caráter regional ou estadual ou ainda de interesse da comunidade.

Art. 6º - O Prefeito baixará um Decreto nomeando os membros deste Conselho, em até trinta dias após a publicação desta lei.

Art. 7º - Este Conselho elaborará seu Regimento Interno em até trinta dias da publicação do Decreto de nomeação dos membros, sendo tal Regimento homologado pelo Prefeito, por Decreto.

Art. 8º - Esta lei entratá em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, aos 28 de agosto de 1 992.

ROMEU ANTONIO BORDIGNON
Prefeito Municipal

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 2.363, DE 10/09/92

Cria o Conselho Municipal de Prevenção de Acidentes do Trabalho

VEREADOR HÉLIO JOSÉ GUARNIERI, 1º Vice-Presidente no exercício da Presidência da Câmara Municipal de Mogi-Mirim, Estado de São Paulo etc., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IV, alínea "g", do art. 24, da Resolução nº 103, de 18 de setembro de 1981 (Regimento Interno da Câmara), combinado com o Inciso IV, do art. 33, da Lei Orgânica do Município de Mogi-Mirim-LOMM.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou, o Executivo sancionou tacitamente e ele promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Prevenção de Acidentes do Trabalho.

Art. 2º - Compete a este Conselho:

I - cooperar com o Departamento de Obras e Viação (DOV), da Prefeitura, com a Secretaria de estado do Trabalho e Ação Social e com a Delegacia Regional do Trabalho (Posto local), na orientação aos trabalhadores e empresários, em matérias pertinentes à segurança do trabalho;

II - encaminhar solicitações de vistorias, onde houver riscos de acidentes;

III - fiscalizar, em caráter preventivo, obras da construção civil, indústrias e demais locais de trabalho;

IV - emitir pareceres sobre matérias relativas à área e remetê-los aos órgãos competentes para medidas cabíveis.

Art. 3º - São membros deste Conselho, um representante de cada uma das seguintes entidades/órgãos:

I - Departamento de obras e Viação (DOV);

II - Posto do Trabalho local;

III - Secretaria do Trabalho e Ação Social;

IV - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação de Mogi-Mirim;

V - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica de Mogi-Mirim, Araras e Leme;

Continuação da Lei nº 2.363/92

VI - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados;

VII - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araras e Região (Sub-sede local);

VIII - Sindicato Rural da Região de Mogi-Mirim;

IX - Associação Comercial e Industrial de Mogi-Mirim (ACIMM);

X - Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Região de Mogi-Mirim (AEAAMM);

XI - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Campinas (Sub-sede local);

XII - Sindicato da Indústria da Construção Civil Sub-sede local;

XIII - Associação dos Servidores Municipais (ASSOSEM);

XIV - Departamento de Educação e Cultura (DEC);

XV - Defesa Civil de Mogi-Mirim;

XVI - Brigada de Incêndio-Departamento de Segurança da Prefeitura;

XVII - Sistema Único de Saúde (SUS);

XVIII - Associação dos Administradores de Mogi-Mirim;

XIX - Associação Paulista de Medicina - Regional Mogi-Mirim e

XX - Ordem dos Advogados do Brasil - 60ª Sub-seção.

Art. 4º - Dentro de trinta dias da publicação desta lei, o Prefeito baixará Portaria nomeando seus membros.

Art. 5º - Dentro de trinta dias da publicação da Portaria referida no artigo anterior, os membros deste Conselho elaborarão seu Regimento Interno que será homologado pelo Prefeito, por Decreto publicado na imprensa local.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Mogi-Mirim, em 10 de setembro de 1992.

Guarnieri

VEREADOR HÉLIO JOSÉ GUARNIERI
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência.

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.374

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS ESTUDANTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROMEU ANTONIO BORDIGNON, Prefeito do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, etc.,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:-

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal dos Estudantes, órgão vinculado ao Departamento de Educação e Cultura (DEC).

Art. 2º - Este Conselho terá as seguintes atribuições:

§1º - Participar nas discuções, projetos, programas, diretrizes e decisões sobre as estruturas físicas, funcional , metodologia educacional e promoção humana do ensino oficial público e particular e no destino da cidade.

I - criação de novos estabelecimento e preservação e manutenção dos atuais;

II - propor ampliação de espaços para a prática esportiva e o aprimoramento;

III - incentivar a ampliação das áreas verdes dentro e fora da escola como forma de melhorar a qualidade de vida, envolvendo preferencialmente os professores da área;

IV - propor a criação de uma área a ser ocupada pelas diversas atividades culturais, promovendo preferencialmente intercâmbio com os artistas locais (teatro, festivais, etc.);

V - propor a criação de espaços para a instalação de biblioteca e salas de vídeo em todas as escolas;

VI - propor a abertura da escola para atividades sócio-cultural e despotiva da população;

VII - propor programas nas área de promoção humana e social (transporte, alimentação, bolsas de estudo);

VIII - apoiar e incentivar curso de reciclagem para funcionários e professores da rede pública;

IX - propor cursos de especialização para os professores;

X - apoiar as iniciativas de entidades e ou setores da sociedade que cujo objetivo é melhorar como um todo a qualidade do ensino público;

XI - discutir em conjunto com os órgãos públicos propostas de método de ensino com a finalidade de evoluir e aprimorar o conhecimento humano, e

XII - propor o intercâmbio de conhecimento da aplicação de métodos educacionais, podendo inclusive abranger outros países.

Art. 3º - O Conselho Municipal dos Estudantes será formado por um representante de cada um dos seguintes órgãos:

I - representante do Departamento de Educação e Cultura;

II - representante de cada grêmio livre das escolas estaduais e particulares;

III - representante da União Mogimiriana de Estudantes;

IV - representante do diretório acadêmico da Faculdade local;

V - representante do Conselho de Educação;

VI - representante do Conselho do Meio Ambiente, e

VII - representante dos cursos de alfabetização de adultos.

a) cada representante terá um suplente;

b) os representantes serão eleitos e ou indicados pelos seus pares;

c) os membros dos Conselhos indicados na forma deste artigo serão nomeados pelo Prefeito Municipal, e

d) os membros do Conselho terão um mandato de 02 (dois) anos podendo ser reeleitos.

Art. 4º - As funções dos membros do Conselho não serão remuneradas sendo consideradas porém como serviço público relevante.

Art. 5º - O Conselho Municipal dos Estudantes terá uma mesa diretora composta de um coordenador, um vice coordenador, um 1º secretário e um 2º secretário.

§1º - Ao coordenador da mesa diretora compete:

I - dirigir as reuniões, e

II - representar o Conselho sempre que necessário.

§2º - Ao vice coordenador compete auxiliar o coordenador em suas obrigações e substituí-lo em suas funções quando o mesmo estiver impossibilitado de fazê-lo.

§3º - Ao 1º secretário compete:

I - elaborar em livro próprio as atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho;

II - cuidar da correspondência e arquivo; e

III - substituir o presidente e o vice em caso de impedimento ou ausência.

§4º - Ao 2º secretário compete:

I - auxiliar o secretário em suas obrigações e substituí-lo em caso de impedimento ou ausência.

Art. 6º - A Eleição da primeira mesa diretora deverá ser feita em reunião do Conselho que ocorrerá dentro de 15 (quinze) dias após a nomeação dos indicados, chamada e conduzida pelo conselheiro(a) mais idoso(a).

Parágrafo Único - Não será permitida a reeleição para o mesmo cargo.

Art. 7º - As reuniões serão abertas às autoridades e munícipes.

Art. 8º - O Conselho Municipal dos Estudantes, como órgão de participação da população, têm o direito de requerer informações aos Poderes Executivo e Legislativo do Município.

Art. 9º - O Departamento de Educação e Cultura (DEC), será o responsável pela valorização das decisões deste Conselho e pela garantia de condições de infra-estrutura ao seu pleno funcionamento.

Art. 10 - O Conselho se reunirá ordinariamente a cada 30 (trinta) dias em horário, data e local que será estabelecido na primeira reunião de cada ano.

§1º - O dia, a hora e o local da reunião só poderão ser marcados mediante aprovação da maioria dos membros.

Art. 11 - O Conselho Municipal dos Estudantes poderá ser convocado extraordinariamente:

I - pelo Prefeito Municipal;

II - pela mesa coordenadora, e

III - por maioria absoluta de seus membros.

Art. 12 - Este Conselho poderá participar de outros conselhos ou entidades relativas de caráter regional ou estadual ou ainda de interesse da comunidade.

Art. 13 - Esta lei deverá ser regulamentada por Decreto do chefe do Executivo que exigirá a elaboração de Regimento Interno do referido Conselho.

Art. 14 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 15 - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, aos 25 de setembro de 1 992.

ROMEU ANTONIO BORDIGNON
Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.375

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA MICRO E PEQUENA EMPRESA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROMEU ANTONIO BORDIGNON, Prefeito do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, etc.,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:-

Art. 1º - Fica criado, no âmbito do Município de Mogi Mirim, o Conselho Municipal de Desenvolvimento da Micro e Pequena Empresa, cabendo-lhe as funções de formular, propor e orientar a política municipal de desenvolvimento das empresas de menor porte.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento da Micro e Pequena Empresa atuará nas áreas da indústria, comércio e serviços, com as seguintes atribuições:

I - formular, propor diretrizes e prioridades para o apoio governamental, no âmbito do município, ao desenvolvimento da micro e pequena empresa;

II - acompanhar a execução e propor os ajustes e aperfeiçoamentos que se fizerem necessários à implantação da política de apoio e fortalecimento da Micro e Pequena Empresa;

III - promover a articulação e a integração entre os diversos órgãos e entidades públicas e privadas que atuam no município de Mogi Mirim nas áreas gerencial, creditícia, tributárias, mercadológica e tecnológica em apoio às Micro e Pequenas Empresas;

IV - comentar e incentivar o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de mecanismos de apoio à Micro e Pequenas Empresas;

V - comentar e incentivar a geração, o desenvolvimento e a difusão de tecnologia de apoio às Micro e Pequenas Empresas;

VI - promover estudos específicos necessários ao planejamento do desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas;

VII - realizar os demais atos que concorram para o desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas sediadas no Município de Mogi Mirim.

Art. 3º - Na medida em que surgirem novos órgãos públicos ou entidades que representem e ou orientem os pequenos e médios empresários, poderão compor o Conselho.

Art. 4º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas, compõem-se dos seguintes membros:

I - Chefe da Divisão de Planejamento e Coordenação;

II - Diretor do Departamento de Finanças;

III - 02 (dois) representantes do Sindicato do Comércio Varejista de Mogi Mirim;

IV - 02 (dois) representantes da Associação Comercial e Industrial de Mogi Mirim - ACIMM;

V - 01 (um) representante do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - CIESP;

VI - 01 (um) representante da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo;

VII - 01 (um) representante da Associação dos Farmacêuticos;

VIII - 01 (um) representante da Associação dos Despachantes;

IX - 01 (um) representante das Cooperativas, e

X - 01 (um) representante da Associação da Micro Bacia da Ponte Alta.

Art. 5º - O chefe da divisão de Planejamento poderá designar servidores para a função de secretário Executivo do Conselho, que competirá promover o apoio administrativo e secretariar as reuniões do órgão.

Art. 6º - O Conselho reunir-se-á, ordinariamente 01(uma) vez por mês e, extraordinariamente sempre que necessário.

§1º - O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, permitida a rencondução.

§2º - A cada membro efetivo, corresponderá um suplente.

Art. 7º - Para exame e equacionamento de problemas específicos relacionados com as MPEs, o Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas, poderá criar grupos de trabalho e comissões técnicas, envolvendo órgãos e entidades privadas e governamentais.

Art. 8º - Para o cumprimento de suas atribuições o Conselho por seu Presidente, poderá requisitar técnicos pertencentes aos quadros de servidores da Administração direta, empresas públicas, sociedades de economia mista e autarquias controladas direta ou indiretamente pelo Município, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes.

Art. 9º - O Conselho de que trata esta Lei, poderá sugerir ao Poder Executivo a realização de convênios com órgãos e entidades públicas ou particulares, para a realização de seus objetivos, especialmente os que tenham como finalidade no momento, incentivo de geração, o desenvolvimento e a difusão de tecnologias específicas de apoio às Micro e Pequenas Empresas.

Art. 10 - O conselho poderá manter intercâmbio com órgãos ou entidades similares de outros Municípios do Governo do Estado e da União.

Art. 11 - Este Conselho, no interesse da comunidade poderá participar de outros Conselhos em âmbito regional, estadual ou interestadual.

Art. 12 - O Poder Executivo editará os atos necessários à regulamentação desta Lei, dentro de 45 (quarenta e cinco) dias.

Art. 13 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art, 14 - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, aos 25 de setembro de 1 992.

ROMEU ANTONIO BORDIGNON
Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.402

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CONSELHO DISTRITAL DO DISTRITO DE MARTIM FRANCISCO E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROMEU ANTONIO BORDIGNON, Prefeito do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, etc.,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.-

Art. 1º - Fica criado o Conselho Distrital do Distrito de Martim Francisco, um órgão de consulta, assessoramento e acompanhamento que será composto por representantes comunitários dos diversos segmentos da população do Distrito.

Art. 2º - Serão criados, indicados e ou eleitos automaticamente novos Conselhos Distritais à medida que novos forem criados por lei.

Art. 3º - Ao Conselho Distrital compete, entre outras atribuições:

I - Discutir as prioridades do distrito, encaminhadas pelos munícipes ou pelos movimentos organizados na sua área de abrangência;

II - Manifestar-se sobre as medidas tomadas pela administração no distrito, encaminhando propostas alternativas, quando for o caso;

III - Encaminhar os problemas suscitados pela comunidade, propor soluções e acompanhar as ações administrativas que visem a resolução dos mesmos;

IV - Fiscalizar:

a) Os atos da administração, tanto na área do distrito quanto no restante do município, e

b) A alocação de recursos e a execução orçamentária.

V - Discutir e assessorar na elaboração do orçamento municipal, no que diz respeito às necessidades do distrito.

VI - Auxiliar no planejamento das ações administrativas, atendendo aos reclamos da comunidade à que abrange;

VII - Relacionar-se com o Executivo e com o Legislativo no interesse da comunidade local e do Município.

VIII - Encaminhar propostas que visem o aprimoramento da legislação vigente;

IX - Propiciar a mais ampla participação democrática da população do distrito na busca de soluções para seus problemas.

X - Incentivar por todos os meios a busca da plenitude da cidadania.

Art. 4º - O Conselho Distrital será integrado pelos seguintes membros, cada qual com seu suplente, indicados e ou eleitos e nomeados pelo Prefeito.

I - O Sub-Prefeito;

II - Um representante da Associação Comunitária de Martim Francisco;

III - Um representante do Esporte Clube de Martim Francisco;

IV - Um representante do Esporte Clube da Possinha.

V - Um representante eleito entre os comerciantes e industriais do distrito, e

VI - Quatro (04) cidadãos eleitos em escrutínio direto e secreto que ocorrerá em plenária amplamente convocada para esse fim, propiciando a maior participação possível da população.

Parágrafo Único - Na medida em que for surgindo novas entidades elas poderão fazer parte do conselho automaticamente, após cumpridas as formalidades legais.

Art. 5º - Só poderão pertencer ao Conselho Distrital, cidadãos maiores de 16 anos e residindo no distrito no período de 1 (um) ano.

Art. 6º - Para implementar o processo de convocação e realização das eleições, será constituída uma Comissão Eleitoral formada por dois representantes do Poder Executivo, e por

dois representantes das entidades do distrito nomeados pelo Prefeito.

Parágrafo Único - A Comissão Eleitoral terá como atividades necessariamente;

a) Convocar a plenária do Distrito, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecidência;

b) Inscrever as chapas concorrentes;

c) Dirimir quaisquer dúvidas quanto ao encaminhamento do processo, e

d) Enviar os Prefeito Municipal, após 5 (cinco) dias úteis do término do processo, a relação dos conselheiros efetivos.

Art. 7º - O Conselho Distrital terá uma ' mesa diretora composta de um coordenador, um vice coordenador, um 1º Secretário e um 2º Secretário, que terá o mandato de dois (02) anos.

§1º - Ao coordenador da mesa diretora compete:

a) Dirigir as reuniões do Conselho;

b) Representar o Conselho sempre que necessário.

§2º - Ao vice-coordenador compete auxiliar o coordenador em suas obrigações e substituí-lo em suas funções quando o mesmo estiver impossibilitado de fazê-lo.

§3º - Ao 1º secretário compete:

a) Elaborar em livro próprio as atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Distrital;

b) Cuidar de correspondência e arquivo do Conselho, e

c) Substituir o Presidente e o Vice-Presidente em caso de impedimento ou ausência.

§4º Ao 2º secretário compete auxiliar o secretário em suas obrigações e substituílo em caso de impedimento ou ausência.

Art. 8º - A eleição da primeira mesa diretora

deverá ser feita em renião do Conselho Distrital que ocorrerá dentro de 15 (quinze) dias após a nomeação dos eleitos, chamada e conduzida pelo conselheiro (a) mais idoso (a).

Parágrafo Único - Não será permitida a reeleição para o cargo de presidente por mais de dois mandatos consecutivos.

Art. 9º - As reuniões, ordinárias e extraordinárias, serão sempre abertas ao público.

Art. 10 - O Conselho Distrital, como órgão de participação popular, têm o direito de requerer informações aos poderes Executivo e Legislativo do Município.

Art. 11 - O Conselho Distrital se reunirá ordinariamente, todo mês, em dia, hora e local estabelecido previamente na primeira reunião do ano.

Parágrafo Único - O dia, a hora e o local da reunião só poderão ser mudados mediante aprovação da maioria dos membros.

Art. 12 - O Conselho Distrital poderá ser convocado extraordinariamente:

I - pelo Prefeito;

II - pela mesa coordenadora, e

III - pela maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo Único - Na convocação de reunião extraordinária deverá ser anotado o motivo da mesma.

Art. 13 - O Conselho Distrital de Martim Francisco poderá participar das reuniões de outros conselhos setoriais, gerais ou entidades relativas de caráter regional ou estadual.

Art. 14 - O Prefeito nomeará através de decreto até 30 (trinta) dias após ter sido protocolado na Prefeitura, a lista dos membros e suplentes do Conselho Distrital.

Art. 15 - Constituído o Conselho na forma dos artigos anteriores deverão seus membros reunirem-se no prazo de 90 (noventa) dias, concluir o regimento interno.

Art. 16 - Não serão remuneradas as funções dos membros do Conselho, sendo consideradas porém como serviço público

relevante.

Art. 17 - A Prefeitura proporcionará ao Conselho, os meios necessários para o exercício de suas competências, para o qual contará com um funcionário que exerça entre outras a função de secretário (a).

Art. 18 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 19 - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, aos 09 de dezembro de 1 992.

ROMEU ANTONIO BORDIGNON
Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.554

FICA CRIADO O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, NOS TERMOS DO ARTIGO 285, DA VIGENTE LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAMIL BACAR, Prefeito do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, etc.,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:-

Art. 1º - Fica criado o **Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana,** nos termos do artigo 285, da vigente Lei Orgânica de Mogi Mirim, com a finalidade de encaminhar às autoridades competentes, as denúncias que lhe forem dirigidas; estudar e propor soluções, de ordem geral aos problemas referentes à defesa dos direitos fundamentais da pessoa humana, do município.

Art. 2º - Compete a este Conselho:-

I - receber e encaminhar às autoridades competentes, denúncias ou queixas de qualquer munícipe ou entidade local, por desrespeito aos direitos individuais e coletivos assegurados nas Constituições Federal e Estadual e na Lei Orgânica Municipal;

II - redigir e divulgar trabalhos, promover eventos, realizar e divulgar pesquisas e organizar campanhas, para difundir o conhecimento e a conscientização do direitos fundamentais e dos instrumentais legais e serviços existentes para a sua proteção;

III - manter intercâmbio e cooperação com as entidades e órgãos, públicos ou privados, nacionais ou internacionais, de defesa dos direitos humanos,

IV - propor às autoridades, a instauração de sindicâncias ou processos administrativos para a apuração de responsabilidades por violações de direitos humanos;

V - manter um arquivo com dados e informações sobre as denúncias recebidas e as providências adotadas e

VI - outras atividade relacionadas à questão.

Art. 3º - Fazem parte deste Conselho, os seguintes representantes:-

I - um do Poder Executivo;

II - dois advogados indicados pela 60ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-Mogi Mirim);

III - três membros de associação de Moradores locais;

IV - um membro de cada entidade de Defesa dos Direitos Humanos local, ou na falta dessa, no Estado.

V - um membro da Comunidade Negra local;

VI - um membro do Conselho Municipal da Condição Feminina;

VII - um membro do Conselho Municipal de Segurança;

VIII - um membro do Conselho Municipal de Entorpecentes;

IX - um membro do Conselho Municipal de Educação e

X - um membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 4º - As funções de membro deste Conselho, não serão remuneradas, a qualquer título, sendo consideradas serviço público relevante, para todos os fins.

Art. 5º - O Prefeito baixará uma Portaria, nomeando os membros deste Conselho, em até trinta dias após a publicação desta Lei.

Art. 6º - Os membros deste Conselho elaboração um Regimento Interno em até trinta dias da publicação da Portaria de nomeação do Prefeito, sendo tal Regimento homologado pelo Executivo, por Decreto.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de publicação sendo revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, aos 07 de março de 1 994.

JAMIL BACAR
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.654 - Regulamentada pela Portaria 3042/95
Ver Decreto 3.183/95

DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO BEM- ESTAR SOCIAL E CRIAÇÃO DE FUNDO MUNICIPAL A ELE VINCULADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ DOS SANTOS MORENO, Prefeito em Exercício do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, etc.,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:-

Art. 1º - Fica constituído o Conselho Municipal do Bem-Estar Social, com caráter deliberativo e com a finalidade de assegurar a participação da comunidade na elaboração e implantação de programas de área social, tais como de habitação, de saneamento básico, de promoção humana e outros, além de gerir o Fundo Municipal de Bem-Estar Social, e que se refere o artigo 2º da presente Lei.

Art. 2º - Fica criado o Fundo Municipal do Bem-Estar Social, destinado a propiciar apoio e suporte financeiro à implementação de programas da área social, tais como de habitação, de saneamento básico e de promoção humana voltados à população de baixa renda.

Art. 3º - Os recursos do Fundo, em consonância com as diretrizes e normas do Conselho Municipal do Bem-Estar Social, serão aplicados em:

I - construção de moradias;
II - produção de lotes urbanizados;
III - urbanização de favelas;
IV - aquisição de material de construção;
V - melhorias de unidades habitacionais;
VI - construção e reforma de equipamentos comunitários e institucionais, vinculados a projetos habitacionais, de saneamento básico e de promoção humana;
VII - regularização fundiária;
VIII - produção e aquisição de imóveis habitacionais para locação social;

IX - serviços de assistência técnica e jurídica para implementação de programas habitacionais, de saneamento básico e de promoção humana;
X - serviços de apoio a organização comunitária em programas habitacionais, de saneamento básico de promoção humana;
XI - complementação de infra-estrutura em loteamentos deficientes deste serviços com a finalidade de regularizá-los;
XII - revitalização de área degradadas para uso habitacional;
XIII - ações em cortiço e habitações coletivas de aluguel;
XIV - projetos experimentais de aprimoramento de tecnologia na área habitacional e de saneamento básico;
XV - manutenção de sistema de drenagem e, nos casos em a comunidade opera, dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário; e,
XVI - quaisquer outras ações de interesse social aprovadas pelo conselho, vinculados aos programas de saneamento, habitação e promoção social.

Art. 4º - Constituirão receitas do Fundo:

I - dotações orçamentárias próprias;
II - recebimento de prestações decorrentes de financiamentos de programas habitacionais;
III - doações, auxílios e contribuições de terceiros;
IV - recursos financeiros oriundos do governo Federal e de outros órgãos públicos, recebidos diretamente ou por meio de convênios;
V - recursos financeiros oriundos de organismos internacionais de cooperação, recebidos diretamente ou por meio de convênios;
VI - aporte de capital decorrentes da realização de operações de crédito em instituições financeiras oficiais, quando previamente autorizadas em lei especificas;
VII - rendas provenientes da aplicação de

seus recursos no mercado de capitais;
VIII - produto de arrecadação de taxas e de multas ligadas a licenciamento de atividades de infrações às normas urbanísticas em geral, edilícias e posturas, e outras ações tributáveis ou penalizáveis que guardem relação com desenvolvimento urbano em geral; e,
IX - outras receitas provenientes de fontes aqui não explicitadas, a execução de impostos.

Parágrafo 1º - As receitas descritas neste artigo serão depositadas obrigatoriamente em conta especial a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento urbano de crédito.

Parágrafo 2º - Quando não estiverem sendo utilizados nas finalidades próprias, os recursos do Fundo poderão aplicados no mercado de capitais, de acordo com a posição das disponibilidades financeiras aprovadas pelo Conselho Municipal do Bem-Estar Social, objetivando o aumento da receita do Fundo, cujos resultados a ele reverterão.

Parágrafo 3º - Os recursos serão destinados com prioridade a projetos que tenham proponentes organizações comunitárias, associações de moradores e cooperativas habitacionais, cadastradas junto ao Conselho Municipal de Bem-Estar Social.

Art. 5º - O fundo de que trata a presente Lei ficará vinculado diretamente ao Departamento de Promoção Social.

Parágrafo Único - O órgão ao qual será vinculado o Fundo fornecerá aos recursos humanos e materiais necessários a consecução dos seus objetivos.

Art. 6º - São atribuições do Departamento de Promoção Social:

I - administrar o Fundo que trata a presente Lei e propor políticas de aplicação de seus recursos;

II - submeter ao Conselho Municipal de Bem-Estar Social plano de aplicação a cargo do Fundo, em consonância com os programas sociais, tais como de habitação, de saneamento básico, promoção humana e outros, bem como a Lei de Diretrizes Orçamentárias e de acordo com as políticas delineadas pelo Governo Federal, no caso de utilização de recursos do orçamento da União;
III - submeter ao Conselho Municipal de Bem-Estar Social as demonstrações mensais de receitas de despesas do Fundo;
IV - encaminha a contabilidade geral do Município as demonstrações mencionadas no inciso anterior;
V - ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo; e,
VI - firmar convênios e contratos, inclusive de empréstimos, juntamente com o Governo do Município, referentes a recursos que serão administrados pelo Fundo.

alterado conf lei 2738/96

Art. 7º - O Conselho Municipal do Bem-Estar Social, será constituído de 13 (treze) membros, a saber:

I - 05 (cinco) representantes do Poder Executivo;
II - 01 (um) representante da Secretaria Estadual da Criança, Família e Bem Estar Social;
III - 01 (um) representante do C.R.E.A.;
IV - 01 (um) representante da O.A.B.;
V - 01 (um) representante da Associação dos Aposentados;
VI - 01 (um) representante da Associações de Moradores de Bairro; e,
VII - 02 (dois) representantes do Conselho Municipal de Assistência Social e Promoção Humana.
VIII - 01 (um) representante dos Sindicatos de Trabalhadores com sede ou sub-sede no município.

Parágrafo 1º - A designação dos membros do Conselho será feita por ato do Executivo.

Parágrafo 2º - A Presidência do Conselho será exercida por representantes do Executivo.

Parágrafo 3º - A indicação do representante das Associações de Moradores de Bairros e do representante dos Sindicatos dos Trabalhadores serão realizadas em Assembléias convocadas por edital pelo Executivo Municipal.

Parágrafo 4º - O número de representantes do Poder Público não poderá ser superior a representação da comunidade.

Parágrafo 5º - O mandato dos membros do Conselho será de 01 (um) ano, permitida a recondução.

Parágrafo 6º - O mandato dos membros do Conselho será exercido gratuitamente, ficando expressamente vedada a concessão de qualquer tipo de remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária.

Art. 8º - O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, na forma que dispuser o regimento interno.

Parágrafo 1º - A convocação será feita por escrito, com antecedência mínima de 08 (oito) dias para sessões ordinárias, e de 24 (vinte e quatro) horas para sessões extraordinárias.

Parágrafo 2º - As decisões do Conselho serão tomadas com a presença de, no mínimo de 2/3 (dois terço)de seus membros, tendo o Presidente o voto de qualidade.

Parágrafo 3º - O Conselho poderá solicitar a colaboração de servidores do Poder Executivo para assessoramento em suas reuniões.

Parágrafo 4º - Para o seu pleno funcionamento, fica o Conselho autorizado a utilizar os serviços infra-estruturais das unidades do Poder Executivo.

Art. 9º - Compete ao Conselho Municipal do Bem-Estar Social:

I - aprovar as diretrizes e normas para a gestão do Fundo Municipal do Bem-Estar Social;

II - aprovar os programas anuais e plurianuais de aplicação dos recursos do Fundo nas áreas sociais, tais como habitação, de saneamento básico e Promoção Humana;

III - estabelecer linites máximo de financiamento, a título oneroso ou fundo perdido, para as modalidades de atendimento previstas no artigo 3º desta Lei;

IV - definir política e subsídios na área de saneamento habitacional;

V - definir a forma de repasse a terceiros dos recursos sobre a responsabilidade do Fundo;

VI - definir as condições de retorno dos investimentos;

VII- definir dois critérios e as formas para transferência dos imóveis vinculados ao Fundo, aos beneficiários dos programas habitacionais;

VIII - definir normas para gestão do patrimônio vinculado ao Fundo;

IX - acompanhar e fiscalizar a aplicação de recursos do Fundo, solicitando, se necessário, o auxílio do órgão de Finanças do Executivo;

X - acompanhar a execução dos programas sociais, tais como de habitação, de saneamento básico e Promoção Humana, cabendo-lhe inclusive suspender o desembolso de recursos caso sejam constatadas irregularidade na aplicação;

XI - dirimir dúvidas quando a aplicação das normas regulamentares relativas ao Fundo, na matérias de sua competência;

XII - propor medidas de aprimoramento do desempenho do Fundo bem como outras formas de atuação visando a consecução dos objetivos dos programas sociais; e,

XIII - elaborar seu regimento interno.

Art. 10 - O Fundo que se trata da presente Lei terá vigência ilimitada.

Art. 11 - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta de recursos financeiros próprios consignados na Lei orçamentária vigente.

Art. 12 - A presente Lei será regulamentada por Decreto do Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias, contados de sua publicação.

Art. 13 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, aos 27 de dezembro de 1.994.

JOSÉ DOS SANTOS MORENO
Prefeitura Municipal em Exercício

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.738

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 7º DA LEI Nº 2.654/94, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAMIL BACAR, Prefeito do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, etc.,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - O artigo 7º da Lei Municipal nº 2.654, de 03 de dezembro de 1.994, que dispõe sobre a constituição do Conselho Municipal do Bem-Estar Social, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 7º - O Conselho Municipal do Bem-Estar Social será constituído de 15 (quinze) membros, a saber:

I - 06 (seis) representantes do Poder Executivo;

II - 01 (um) representante da Secretaria Estadual da Criança, Família e Bem-Estar Social;

III - 01 (um) representante do C.R.E.A.;

IV - 01 (um) representante da O.A.B.;

V - 01 (um.) representante da Associação dos Aposentados;

VI - 01 (um) representante das Associações de Moradores de Bairro;

VII - 02 (dois) representantes do Conselho Municipal de Assistência Social e Promoção Humana;

VIII - 01 (um) representante dos Sindicatos de Trabalhadores com sede ou sub-sede no município; e

IX - 01 (um) representante da Associação dos Senhoras Casas".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, 15 de fevereiro de 1 996.

JAMIL BACAR
Prefeitura Municipal

LEI Nº 2.735

DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAMIL BACAR, Prefeito do Município de Mogi Mirim, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o estabelecimento na Lei Orgânica de Assistência Social - Lei Federal nº 8.742 de dezembro de 1.993, especialmente os artigos 16, inciso IV 17 parágrafo 4º.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

C A P Í T U L O I

DA INSTITUIÇÃO, DEFINIÇÃO E OBJETIVOS.

Art. 1º - Fica instituído o Conselho Municipal de Assistência Social de Mogi Mirim - CMAS-MM com caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo constituindo-se no Órgão colegiado máximo de composição paritária entre o poder público e a sociedade civil, com responsabilidade de coordenação do sistema descentralizado participativo da Assistência Social no Município de Mogi Mirim, vinculado ao Departamento de Promoção Social.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS-MM, em conformidade com os princípios e diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social e Lei Orgânica deste Município, tem como objetivos básicos: o estabelecimento, o acompanhamento, o controle e a avaliação da política Municipal de Assistência Social

C A P Í T U L O II

DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES DE ATUAÇÃO.

Art. 3º - O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS-MM no exercício de suas funções observará os seguintes princípio:

I - a Assistência Social é direito do cidadão e dever do Estado; é política de seguridade social não contributiva que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações e de iniciativas públicas e da sociedade, no município, para garantir o atendimento às necessidades humanas básicas;

II - supremacia do atendimento às necessidades sociais, sobre as exigências de rentabilidade econômica;

III - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial, alcançável pelas demais políticas públicas existentes no município;

IV - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

V - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, com divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão;

Art. 4º - A organização da Assistência Social, tem como base as seguintes diretrizes:

I) - descentralização com comando único das ações em cada esfera de governo;

II) - participação da Comunidade, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todas os níveis:

III) - primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo.

C A P Í T U L O III
DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Art. 5º - Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I - analisar, aprovar e deliberar sobre a política municipal para a área da Assistência Nacional de Assistência Social - CNAS, pelo Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS e pela Conferência Municipal de Assistência Social;

II - a política municipal referente à criança e ao adolescente será de competência e definição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - apreciar e aprovar os planos programas da área;

IV - acompanhar e fiscalizar execução da política municipal da Assistência Social visando à qualidade, à participação e ao acesso do usuári na prestação de serviços, direcionando para a efetivação d sistema descentralizado;

V - considerando-se os registros j realizados pelos demais Conselhos Municipais, estabelece critérios para o registro e credenciamento das entidade prestadores de serviços assistenciais atuantes no município bem como para a transferência de recursos públicos o subvenções a estas;

VI - efetuar e manter atualizado, arquivo dos serviços públicos municipais e privados d assistência social;

VII - avaliar e aprovar projetos d captação de recursos externos na área de assistência;

VIII - acompanhar as condições d acesso da população usuária aos serviços e programa assistenciais, indicando as medidas locais pertinentes correção da exclusão;

IX - articular com as demai políticas sociais básicas (Saúde, Habitação, Educação Previdências), a integração entre os Conselhos Municipais outras instâncias existentes (inclusive de âmbito regional) para a priorização e efetivação de serviços e programa regionais, e ações conjuntas a nível participativo ou d complementaridade;

X - propor um sistema qualificação aperfeiçoamento dos agentes que atuam na área de Assistênci e leis que assegurem sua profissionalização;

XI - criar comissões específica para estudo e trabalho, sobre as questões de assistência família, ao idoso, ao deficiente, ao migrante, entre outros

XII - convocar ordinariamente a cad dois anos, ou extraordinariamente por maioria absoluta d seus membros, a Conferência Municipal de Assistência Social que terá atribuição de avaliar a situação da assistênci social no município e propor diretrizes para aperfeiçoamento do sistema;

XIII - exercer o controle da movimentação orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social, criado por Lei específica, orientando e fiscalizando a aplicação dos recursos, bem como apreciando a prestação de contas anual apresentada pelo mesmo;

XIV - acompanhar e avaliar a gestão de recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados;

XV - elaborar e aprovar o seu regimento interno.

C A P Í T U L O IV
DA COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO.

Art. 6º - O Conselho Municipal de Assistência Social será composto por 18 (dezoito) membros e respectivos suplentes, de forma paritária sendo:

I - nove representante do Poder Executivo Municipal:

a) um - representante do Gabinete do Executivo Municipal:
b) um - representante do Departamento Jurídico;
c) um - representante do Departamento de Saúde;
d) um - representante do Departamento de Educação Cultura;
e) um - representante do Departamento de Promoção Social;
f) um - representante do Departamento Financeiro;
h) um - representante do Departamento de Segurança;
i) um - representante do Departamento de Esportes e Turismo;

II - nove representantes da Sociedade Civil:

a) um - representante das entidades de Assistência Social ao Idoso;
b) um - representante das entidades de Assistência Social à Pessoa Portadora de Deficiência;
c) um - representante das entidades de Assistência Social à Criança e ao Adolescente;
d) um - representante da Classe das Assistentes Sociais;

e) um - representante das entidades
Assistência Social à família;
f) um - representante das Associações
Moradores de Bairro;
g) um - representante da Associ
Comercial e Industrial de Mogi Mirim;
h) um - representante dos Sindicato
Trabalhadores com sede ou subsede
município;
i) um - representante dos Clubes
Serviços;

§ 1º - Cada titular do Conse
Municipal de Assistência Social- CMAS-MM terá um suple
oriundo da mesma categoria representativa.

§ 2º - Somente será admitida
participação no Conselho Municipal de Assistência Soc
CMAS-MM de entidades juridicamente constituídas e em regu
funcionamento.

§ 3º - Os representantes
respectivos suplentes dos Órgãos públicos serão indica
pelos Diretores de Departamentos e nomeados pelo Prefe
Municipal.

§ 4º - Os primeiros representant
da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistênc
Social - CMAS-MM serão eleitos em assembléia geral convoca
por categoria de representação pelo Executivo Municipa
através de edital publicado no Órgão oficial ou em out
jornal de grande circulação.

Art. 7º - O mandato dos membros
Conselho será de 03 (três) anos. O Conselho será anualmen
renovado pelo terço de seus membros, na forma estabeleci
pelo Regimento Interno, admitida a recondução por apenas u
vez, ressalvado o disposto no parágrafo 1º deste artigo.

§ 1º - Na primeira reunião que
realizar com a maioria absoluta dos membros do Conselh
far-se-á sorteio, para efeito da fixação dos mandatos de
(um), 02 (dois) e 03 (três) anos, de modo a assegurar
renovação anual pelo terço, na forma estabelecida no artic
7º.

§ 2º - Os suplentes substituirão
respectivos titulares em seus impedimentos e, em caso d
vacância, assumirão o cargo pelo restante do mandato.

Art. 8º - O regimento in especificará os requisitos exigíveis para indicação Membros Conselho e seus suplentes, bem como os cas impedimentos, de perda de mandato, de dispensa ou vacânc

Art. 9º - As funções dos membrc Conselho Municipal de Assistência não serão remunera sendo seu desempenho considerado como de serviço púl relevante.

Art. 10 - Nos casos de extinçã entidade representada, de desistência ou perda de direito de representação, caberá ao Conselho indicar, maioria de seus membros, outra que a substitua, na for ser estabelecida no regimento interno.

Art. 11 - O conselho Municipal Assistência Social - CMAS-MM será presidido por um de integrantes, eleito dentre seus membros, para mandato d (um) ano, permitida uma única recondução consecutiva.

Parágrafo Único - Dá sua instal à aprovação do seu regimento interno, o Conselho Munic de Assistência Social - CMAS-MM terá suas reun presididas pelo representante eleito provisoriamente e seus membros.

Art. 12 - O Conselho Municipal Assistência Social - CMAS-MM reunir-se-á ordinariamente, vez por mês e, extraordinariamente, na forma que dispuse regimento interno.

Art. 13 - O Conselho Municipal Assistência Social - CMAS-MM contará com uma Secreta Executiva, a qual terá sua estrutura disciplinada em ato Poder Executivo Municipal, a ser regulamentada no prazo 30 (trinta) dias a contar da sua instalação.

Art. 14 - Cumpre ao Poder Execut providenciar a alocação de recursos humanos e materia necessários à instalação e funcionamento do Conse Municipal de Assistência Social - CMAS-MM

Art. 15 - O Poder Executi Municipal terá o prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias partir da publicação desta Lei para nomear e dar posse Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS-MM.

Art. 16 - O Conselho Municipal Assistência Social - CMAS-MM elaborará o seu regimen interno no prazo de 120 dias após sua instalação.

Art. 17 - O Poder Executivo disporá, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação desta Lei, sobre a criação, regulamentação e funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 18 - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 19 - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, 18 de dezembro de 1.995.

JAMIL BACAR
Prefeito Municipal

Câmara

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

DO PREFEITO

LEI Nº 2.746

CRIA O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAMIL BACAR, Prefeito do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, etc.,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:-

CAPÍTULO I
Da Finalidade

Art. 1º - Fica criado o Conselho de Alimentação Escolar com a finalidade de assessorar o Governo Municipal na execução do programa de assistência e educação alimentar junto aos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino fundamental mantidos pelo Município, motivando a participação de órgãos públicos e da comunidade na consecução de seus objetivos, competindo-lhe especificamente:

I - fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos destinados à merenda escolar;

II - promover a elaboração dos cardápios dos programas de alimentação escolar, respeitando os hábitos alimentares do Município, sua vocação agrícola, dando preferência aos produtos "in natura";

III - orientar a aquisição de insumos para os programas de alimentação escolar, dando prioridade aos produtos da região;

IV - sugerir medidas aos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, nas fases de elaboração e tramitação do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do orçamento municipal, visando:

a) as metas a serem alcançadas;
b) a aplicação dos recursos previstos na legislação nacional;
c) o enquadramento das dotações orçamentárias especificadas para alimentação escolar.

V - articular-se com os órgãos ou serviços governamentais nos âmbitos estadual e federal e com outros órgãos da administração pública ou privada, a fim de obter colaboração ou assistência técnica para a melhoria da alimentação escolar distribuída nas escolas municipais;

VI - fixar critérios para a distribuição da merenda escolar nos estabelecimentos de ensino municipais;

VII - articular-se com as escolas municipais, conjuntamente com os órgãos de educação do Município, motivando-as na criação de hortas, granjas e de pequenos animais de corte, para fins de enriquecimento da alimentação escolar;

VIII - realizar campanhas educativas de esclarecimento sobre alimentação;

IX - realizar estudos a respeito dos hábitos alimentares locais, levando-os em conta quando da elaboração dos cardápios para a merenda escolar;

X - exercer fiscalização sobre o armazenamento e a conservação dos alimentos destinados à distribuição nas escolas, assim como sobre a limpeza dos locais de armazenamento;

XI - realizar campanhas sobre higiene e saneamento básico no que respeita aos seus efeitos sobre a alimentação;

XII - promover a realização de cursos de culinária, noções de nutrição, conservação de utensílios e material, junto às escolas municipais;

XIII - levantar dados estatísticos nas escolas e na comunidade com a finalidade de orçamentar e avaliar o programa no Município.

Parágrafo Único - A execução das proposições estabelecidas pelo Conselho de Alimentação Escolar ficará a cargo do órgão de educação do Município.

CAPÍTULO II
Da Composição do Conselho

Art. 2º - O Conselho de Alimentação Escolar terá a seguinte composição:

I - o dirigente do órgão de educação da Prefeitura que o presidirá;

II - 01 (um) representante da Associação Comercial;

III - 01 (um) representante dos professores das escolas municipais;

IV -, 01 (um) representante de pais : alunos;

V - 01 (um) representante dos -abalhadores rurais do Município.

§ 1º - A cada membro efetivo)rresponderá um suplente.

§ 2º - A nomeação dos membros fetivos e dos suplentes será feita por Decreto do Prefeito)ara o prazo de 02 (dois) anos, podendo ser renovado.

§ 3º - O Presidente do Conselho permanecerá como tal durante o tempo que durar sua função como dirigente do órgão de educação.

§ 4º - Os representantes referidos neste artigo serão indicados por suas entidades para nomeação do Prefeito Municipal.

§ 5º - No caso de ocorrência de vaga, o novo membro designado deverá completar o mandato do substituído.

§ 6º - O Conselho de Alimentação Escolar reunir-se-á, ordinariamente, com a presença de pelo menos metade de seus membros, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente, mediante solicitação de pelo menos um terço de seus membros efetivos.

§ 7º - Ficará extinto o mandato do membro que deixar de comparecer, sem justificação, a 02 (duas) reuniões consecutivas do Conselho ou a 04 (quatro) alternadas.

§ 8º - Declarado extinto o mandato, o Presidente do Conselho oficiará ao Prefeito Municipal para que proceda ao preenchimento da vaga.

Art. 3º - O Vice-Presidente do Conselho será escolhido por seus pares para um mandado de - 02 (dois) anos que poderá ser renovado.

Art. 4º - O exercício do mandato de Conselheiro será gratuito e constituirá serviço público relevante.

Art. 5º - As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

CAPÍTULO III
Disposições Finais

Art. 6º - O Programa de Alimentação Escolar será executado com:

I - recursos próprios do Município consignados no orçamento anual;

II - recursos transferidos pela União e pelo Estado;

III - recursos financeiros ou de produtos doados por entidades particulares, instituições estrangeiras ou internacionais.

Art. 7º - O Regimento Interno do Conselho será baixado pelo Prefeito Municipal no prazo de 30 (trinta) dias após a entrada em vigência da presente Lei.

Art. 8º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir crédito especial para atender as despesas decorrentes da aplicação desta Lei.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de novembro de 1.994.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, 14 de março de 1.996.

JAMIL BACAR
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.942

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO E ESPORTES.

DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA, Prefeito do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, etc.,

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:-

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Turismo e Esportes - CMTE, com a finalidade de formular a política e incentivar as atividades esportivas do Município.

Art. 2º - compete ao Conselho Municipal de Turismo e Esportes:

I - elaborar a política municipal de turismo e esporte amador, em conjunto com o Departamento de Esporte, Recreação e Turismo (DERETUR);

II - realizar estudos que objetivem desenvolver as diferentes modalidades esportivas;

III - opinar sobre a concessão de subvenções à entidades esportivas do Município, manifestando sua posição sobre a aplicação de recursos do Fundo de Amparo e Incentivo ao Turismo e ao Esporte - (FAITE);

IV - elaborar o calendário de eventos desportivos e de turismo do Município, em conjunto com o DERETUR;

V - elaborar estudos e políticas de investimentos do Município na área esportiva;

VI - formular políticas para o incentivo ao esporte amador;

VII - desenvolver projetos de trabalho em relação à criança e ao adolescente, em conjunto com as entidades e o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente;

VIII - manter intercâmbio com entidades similares de outros Municípios e do Governo do Estado;

IX - elaborar o seu regimento interno;

Art. 3º - O Conselho será composto de membros eleitos pelas entidades e/ou setor abaixo, nomeados pelo Prefeito Municipal, através de portaria, no prazo de trinta dias a contar da publicação da presente Lei:

I - 1 (um) representante do Departamento de Recreação, Esporte e Turismo (DERETUR) da Prefeitura Municipal;

II - 1 (um) representante da Liga de Futebol de Salão;

III - 2 (dois) representantes que atuam na área de Turismo;

IV - 1 (um) representante da Liga de Futebol de Campo;

V - 4 (quatro) representantes do Esporte Amador da cidade;

VI - 1 (um) representante da Delegacia de Ensino;

VII - o Presidente ou representante da Associação Comercial e Industrial de Mogi Mirim (ACIMM);

§ 1º - O mandato dos Conselheiros será de 2 (dois) anos, permitindo a sua recondução ao cargo.

§ 2º - A cada membro efetivo corresponderá um suplente.

Art. 4º - O Conselho Municipal de Turismo e Esportes realizará, no mínimo, um encontro a cada dois meses com representantes:

I - de todas as modalidades esportivas existentes em nosso Município;

II - dos clubes Recreativos;

III - das torcidas organizadas;

IV - do Mogi Mirim Esporte Clube;

V - das sociedades de Amigos de Bairros;

VI - do Sindicato dos Trabalhadores;

VII - do Sindicato Rural.

§ 1º - Cada modalidade esportiva e entidade acima mencionada deverá eleger, entre os seus pares, um representante e um suplente.

§ 2º - Os encontros terão os seguintes objetivos:

I - informar os representantes citados nos incisos deste artigo sobre as decisões e os projetos estabelecidos;

II - propor novos projetos;

III - analisar, retificar e ratificar tais projetos e decisões.

Art. 5º - O exercício do mandato de conselheiros não será remunerado e será considerado serviço público relevante.

Art. 6º - Para exame e equacionamento de problemas específicos relacionados à área de competência do Conselho, poderá criar grupos de trabalho e/ou comissões técnicas, envolvendo os representantes, órgãos e entidades privadas e governamentais que subsidiarão as deliberações do Conselho.

Art. 7º - O Município só concederá subvenção, auxílio ou qualquer outro tipo de ajuda financeira para fins desportivos, de acordo com critérios e orientações estabelecidos pelo Conselho Municipal de Turismo e Esportes e aprovadas pelo FAITE.

Art. 8º - Este Conselho, de acordo com o interesse da comunidade, poderá participar de outros Conselhos em âmbito Regional, Estadual ou Interestadual.

Art. 9º - Dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da publicação desta Lei, o Conselho Municipal de Turismo e Esportes elaborará o seu Regimento Interno, a ser homologado pelo Prefeito Municipal através de Decreto.

Art. 10 - O Diretor do Departamento de Recreação, Esporte e Turismo (DERETUR), poderá designar servidores para desenvolverem a parte administrativa do Conselho, a quem competirá promover apoio administrativo e secretariar as reuniões do órgão.

Parágrafo Único - O(s) servidor(es) designado(s) para os trabalhos junto ao CMTE não receberá(ão) nenhuma gratificação para essas atividades, além daquelas inerentes ao seu cargo ou função.

Art. 11 - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 2.241/91.

Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, 20 de fevereiro de 1998.

DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.856

DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO D CONSELHO MUNICIPAL D DESENVOLVIMENTO RURAL E DÁ OUTR PROVIDÊNCIAS.

DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA, Prefe do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, etc.,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:-

Art. 1º - Fica Instituído o **CONSELH MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE MOGI MIRIM.**

Art. 2º - Compete ao Conselho Municipal d Desenvolvimento Rural de Mogi Mirim:-

I - estabelecer diretrizes para a política agrícol municipal;

II - promover a integração dos vários segmentos d setor agrícola, vinculados à produção, comercialização, armazenamento industrialização e transporte;

III - elaborar, anualmente, o Plano Municipal d Desenvolvimento Agropecuário e acompanhar sua execução;

IV - manter um intercâmbio com os Conselho similares, visando o encaminhamento de reivindicação de interesse comum;

V - assessorar o Poder Executivo Municipal en matérias relacionadas à agropecuária e ao abastecimento alimentar.

Parágrafo Único - O Plano Municipal d Desenvolvimento Agropecuário abrangerá as atividades de assistência técnica construções, reformas e serviços necessários à melhoria da infra-estrutura municipal de apoio à agropecuária e ao abastecimento.

Art. 3º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural será constituído dos seguintes membros:-

I - 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente da Prefeitura Municipal - DAAMA;

II - 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente do Escritório de Desenvolvimento Rural - EDR, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo;

III - 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente da Casa da Agricultura - CA.;

IV - 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente do Escritório de Defesa Agropecuário - EDA.;

V - 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente da Cooperativa de Eletrificação Rural;

VI - 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente da Cooperativa Agro-Industrial;

VII - 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araras - SINTRA;

VIII - 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente do Sindicato Rural da Região de Mogi Mirim;

IX - 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente do Conselho de Defesa do Meio Ambiente - CONDEMA;

X - 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente do Instituto Florestal;

XI - 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE;

XII - 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR;

XIII - 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente dos seguintes Bairros Rurais: Micro Bacia Hidrográfica da Ponte Alta, Piteiras, Borges, Brumado, Martim Francisco, Morro Vermelho e Paiol de Telha.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 2.555, de 10 de março de 1.994.

Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, 01 de agosto de 1997.

DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.857

INSTITUI O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA, Prefeito do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, etc.,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:-

Art. 1º - Fica instituído o Conselho de Desenvolvimento Municipal, que exercerá a administração de Desenvolvimento Municipal, vinculado ao Fundo de Desenvolvimento de que trata esta Lei.

Art. 2º - Ao Conselho de Desenvolvimento Municipal competirá o desenvolvimento do Município vinculado ao Fundo de Desenvolvimento Municipal, ao abrigo dos programas, FAT e PRODEN, cabendo, assim ao Conselho:

I - elaborar o Plano de Desenvolvimento Municipal, vinculado ao Fundo de Desenvolvimento Municipal;

II - estabelecer prioridades de aplicação dos recursos do Fundo;

III - analisar e enquadrar os projetos no Plano de Desenvolvimento Municipal;

IV - acompanhar e avaliar os projetos financiados, objetivando comprovar a geração de emprego pré-determinada;

V - avaliar os resultados obtidos;

VI - fiscalizar os projetos, garantindo a correta utilização dos recursos;

VII - delegar parte de suas funções ao Banco do Brasil S.A.;

VIII - autorizar o Banco do Brasil S.A., até o limite que estabelecer, a conceder financiamentos;

IX - definir os demais encargos que poderão ser debitados ao Fundo pelo Banco do Brasil S.A.;

X - elaborar seu regimento interno;

XI - aprovar os balancetes mensais e os balanços anuais do Fundo, bem como fiscalizar a execução orçamentária e a aplicação dos recursos.

Art. 3º - O Conselho de Desenvolvimento Municipal será composto por representantes:

I - da Prefeitura Municipal;

II - de entidades patronais;

III - de entidades de empregados;

IV - de cooperativas;

V - do Banco do Brasil S.A.;

VI - Caixa Econômica Federal;

VII - Escola Técnica Estadual "Pedro Ferreira Alves";

VIII - de outras entidades representativas da sociedade, que tornem o Conselho tripartite e paritário, com representantes do Governo, empregados e empregadores, em igual número e com votos equivalentes.

§ 1º - A Prefeitura Municipal será representada pelo Prefeito Municipal, a quem cabe a presidência do Conselho.

§ 2º - Em caso de ausência ou impedimento do Prefeito Municipal, serão sucessivamente chamados ao exercício da presidência do Conselho o Vice-Prefeito e o Presidente da Câmara de Vereadores.

§ 3º - O Banco do Brasil S.A. será representado pelo Gerente Geral, ou seu substituto, da agência do Fundo de Desenvolvimento Municipal.

§ 4º - Os demais representantes serão livremente indicados pelos órgãos ou entidades que representem, dentre os seus integrantes ou associados, e empossados pelo Presidente do Conselho, publicando-se a ata respectiva na imprensa no prazo de 30 dias.

§ 5º - O mandato dos representantes dos órgãos ou entidades a que se refere o parágrafo anterior será de 2 anos, permanecendo no cargo até a posse do novo representante.

§ 6º - O Conselho se reunirá ordinariamente a cada mês e, extraordinariamente, a qualquer tempo, por convocação de seu Presidente ou de um terço de seus membros.

§ 7º - As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria de votos, presentes, cabendo ao Presidente, se for o caso, o voto de qualidade.

§ 8º - Os membros do Conselho não farão jus a remuneração de espécie alguma e não terão qualquer vínculo empregatício com o Fundo.

Art. 4º - Compete ao Presidente do Conselho de Desenvolvimento Municipal:

I - dirigir as sessões plenárias do Conselho, orientando os debates e consignando os votos dos conselheiros presentes;

II - convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;

III - fixar a pauta dos trabalhos;

IV - submeter à apreciação dos conselheiros os assuntos e propostas que dependam de decisão do Conselho;

V - resolver as questões de ordem suscitadas no curso das sessões, admitindo a votação dos presentes para decisão;

VI - emitir voto de qualidade, se necessário;

VII - proclamar o resultado das votações;

VIII - cumprir e fazer cumprir as deliberações adotadas, assinando as resoluções respectivas;

IX - cuidar para que seja mantida estrita conformidade das decisões do Conselho com os objetivos do Plano de Desenvolvimento Municipal, vinculado ao Fundo de Desenvolvimento Municipal e suas diretrizes e prioridades;

X - representar o Conselho e o Fundo de Desenvolvimento Municipal, em juízo e fora dele;

XI - assinar a correspondência do Conselho, bem como as atas das reuniões e autenticar os livros respectivos.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, 04 de agosto de 1 997.

DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito Municipal

TRIBUNA ARTEI

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO Nº 135

"Institui a TRIBUNA LIVRE junto à Câmara Municipal de Mogi Mirim".

VEREADOR ENGº AGRº ALBINO BINO PERES DE BARROS, Presidente da Câmara Municipal de Mogi-Mirim, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 13, inciso IV, do Decreto-Lei nº 9, de 31 de dezembro de 1969 (vigente L.O.M.) combinado com o inciso IV, alínea "g", do art. 24, da Resolução nº 103, de 18 de setembro de 1981 (vigente Regimento Interno),

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica instituída a "TRIBUNA LIVRE" junto à Câmara Municipal de Mogi-Mirim.

§1º - O funcionamento da TRIBUNA LIVRE dar-se-á após o término da "Explicação Pessoal" das 1ª e 3ª Sessão Ordinária da Câmara em cada mês; exceto no recesso legislativo quando não haverá reunião.

§2º - em havendo orador inscrito ao uso da TRIBUNA LIVRE e após concluída a "Explicação Pessoal" o Presidente da Câmara fará adentrar ao Plenário o inscrito.

§3º - A inscrição para uso da TRIBUNA LIVRE será efetuada pessoalmente pelo interessado, ou seu representante legal devidamente documentado, na Secretaria da Câmara com antecedência mínima de uma (1) hora da realização da Sessão Ordinária, cuja inscrição será registrada em livro próprio mediante assinatura do orador e indicação do assunto a ser tratado.

Art. 2º - O uso da Tribuna Livre é facultado, desde que previamente inscrito.

I - Toda entidade com área de atuação no Município.

II - todo cidadão com residencia no Munícipio, necessariamente representando um grupo de pessoas devidamente documentado por um abaixo-assinado de no mínimo 10 (dez) assinaturas com indicação da Cédula de Identidade e do Título de Eleitor.

Art. 3º - Para o uso da TRIBUNA LIVRE será observado rigorosamente a ordem de inscrição.

§1º - Será permitida a alteração da ordem de inscrição por anuência dos demais inscritos.

Art. 4º - Por ocasião do uso da TRIBUNA LIVRE o orador deverá usar termos polidos e condizentes com o local.

§1º - Por ocasião da inscrição o orador receberá junto com o comprovante de inscrição um regulamento, emitido pela Mesa da Câmara, contendo as explicações e recomendações a respeito do uso do órgão ora criado.

§2º - O Vereador no exercício da presidência da Câmara e dos trabalhos da TRIBUNA LIVRE poderá advertir o orador que se expressar em linguagem imprópria e em desacordo com o Regimento Interno da Câmara e as normas de funcionamento; podendo, inclusive, cassar a palavra do orador.

§3º - O orador será civil e criminalmente responsável pelos conceitos que emitir na TRIBUNA LIVRE.

Art. 5º - O orador inscrito, no máximo dois (2) por Sessão, disporá de quinze (15) minutos para explanação e questionamento.

I - cinco (5) minutos para exposição ou oratória, sem apartes, exceto o previsto no §2º, do Art. 4º desta Resolução.

II - dez (10) minutos para debates, quando os Vereadores poderão dirigir perguntas ao orador.

a) as perguntas e respostas não poderão exceder há dois (2) minutos cada uma.

III- Poderão ser prorrogados por mais dez (10) minutos os debates de que trata o inciso anterior, desde que requerido verbalmente pelo orador ou por Vereador e aprovado pelo Plenário.

IV - Estando presente a pessoa questionada ou citada pelo orador, esta terá o direito a defesa em tempo não superior há 5 (cinco) minutos.

Art. 6º - O orador poderá voltar a ocupar a Tribuna Livre:

I - Mediante nova inscrição;

II - transcorrido, no mínimo, a uma (1) Tribuna Livre.

III - quando não houver prejuízo de inscrições anteriores à nova inscrição.

Art. 7º - Os discursos realizados na TRIBUNA LIVRE serão gravados pela Secretaria da Câmara, que ficarão arquivados por 30 (trinta) dias na Câmara.

Art. 8º - O requerimento verbal do ocupante da TRIBUNA LIVRE, o pronunciamento e o debate gravados poderão ser fornecidos

pela presidência da Câmara, desde que encaminhe fita virgem à Secretaria da Câmara para cópia.

§1º - outro interessado, devidamente documentado, poderá requerer cópia dos pronunciamentos e dos debates, cumprida a exigência do caput.

Art. 9º - O traje para orador da TRIBUNA LIVRE será calça comprida e camisa para homens e para mulheres a melhor forma que julgar descente.

Art. 10º - Caberá ao Vereador que estiver na presidência dos trabalhos da Sessão ordinária coordenar os trabalhos da TRIBUNA LIVRE no dia de sua realização.

Art. 11º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12º - Revogam-se as disposições em contrário.

Presidência da Câmara Municipal de Mogi-Mirim, aos 14 de agosto de 1989.

VEREADOR ENGº AGRº ALBINO BINO PERES DE BARROS

Registrada na Secretaria e afixada, em igual data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal.

Bel. VALTER JOSÉ POLETTINI
Diretor-Geral.

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
ESTADO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO No. 159, DE 1995

"Disciplina a audiência Pública criada nos termos da Lei Orgânica".

VEREADOR ALONSO TOMAZ MORENO, presidente da Câmara Municipal de Mogi-Mirim, Estado de São Paulo etc., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 33, inciso V, da Lei Orgânica de Mogi-Mirim-LOM, combinado com os termos do artigo 24, inciso I, alínea "j" da Resolução No. 103, de 18 de setembro de 1981 (Regimento Interno vigente),

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1o.- As audiências públicas serão realizadas de acordo com as determinações da presente Resolução;

Art. 2o.- As audiências públicas, conforme determina a Lei Orgânica do Município, será solicitada, através das Comissões Permanentes, ou a requerimento de Vereador, que será submetido ao Plenário da Câmara, na primeira Sessão Ordinária da apresentação do pedido;

Art. 3o.- As entidades representativas devidamente registradas, poderão solicitar ao Presidente da Câmara, audiência pública, cujo pedido será protocolado e submetido ao Plenário da Câmara, na primeira Sessão Ordinária, após o pedido;

Art. 4o.- No pedido de audiência pública deverá ser anexado, quando entidade representativa, o comprovante do respectivo registro.

Art. 5o.- As audiências públicas somente se darão, quando o assunto for de interesse da comunidade, ficando vedado assuntos alheios ao interesse público, que será analisado, pela Mesa da Câmara, quando for levantado qualquer dúvida;

Art. 6o.- Ao apresentar requerimento solicitando audiência pública, o autor deverá justificar a solicitação, juntar documentos; a Mesa deixará de receber o pedido que não for devidamente justificado;

Art. 7o.- As audiências públicas, serão presididas pelo Presidente da Câmara, que poderá designar um membro da Mesa, ou Vereadores para presidir e secretariar;

Art. 8o.- Aprovada a solicitação pelo Plenário, deverá ser expedido ofício convocatório às autoridades Municipais, pertencentes ao assunto, marcando hora e dia

para a audiência;

Art. 9o.- O não comparecimento de autoridade Executiva , ou funcionários responsáveis, será passivo de crime de desobediência;

Art. 10 - Os casos omissos desta Resolução serão resolvidos pela Mesa da Câmara Municipal, cujo procedimento será incorporado à presente Resolução.

Art. 11 - Esta Resolução entrará em vigor na data da publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Presidência da Câmara Municipal de Mogi-Mirim, em 7 de abril de 1995.

VEREADOR ALONSO TOMAZ MORENO
Presidente da Câmara

Registrada na Secretaria e afixada em igual data no Quadro de avisos da Portaria da Câmara.

BEL. VALTER JOSE ROLETTINI
Diretor-Geral

REMEMBRANCE

Parecer CEPAM nº **18.214**
Processo FPFL nº 99/97
Interessada: Câmara Municipal de Mogi-Mirim
Vereadora Marilene Mariotoni, Presidenta

REMUNERAÇÃO DE VEREADORES - A fixação é feita na legislatura anterior para a seguinte. Eventual erro de cálculo do "quantum" pode ser revisto. Não é a hipótese do caso em análise.*

CONSULTA

A Exma. Presidenta da Câmara Municipal de Mogi-Mirim consulta esta Fundação acerca da correção de valores que norteiam a remuneração dos Vereadores daquele Legislativo.

PARECER

A fixação da remuneração de Vereadores é feita sempre na legislatura anterior para a seguinte e realizada antes das eleições.

Através da Resolução nº 145, de 1992, a remuneração dos Vereadores para a legislatura de 1993 a 1996 corresponde a 20% da remuneração dos Deputados Estaduais. Assim, para a realização do cálculo, a Câmara Municipal utilizava o valor da remuneração dos Deputados, conforme certidões mensais da Assembléia Legislativa do Estado.

Ocorreu, entretanto, que, no mês de dezembro p.p., a certidão emitida pela Assembléia Legislativa declarava o seguinte:

> "...os atuais Deputados Estaduais à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo perceberam no mês de dezembro de 1996, remuneração correspondente a 75% (setenta e cinco porcento) da remuneração dos Deputados Federais que, conforme Certidão da Câmara dos Deputados, no corrente mês de dezembro, corresponde a R$ 8.000,00 (oito mil reais), além da remuneração mensal fazem jus a R$ 3.000,00 (três mil

reais) que correspondem a 50% (cincoenta por cento) da remuneração a título de Ajuda de Custo...".

Conforme consta, a remuneração dos Vereadores seria calculada sobre o valor de R$ 6.000,00 (correspondente a 75% da remuneração dos Deputados Federais), que resultaria no valor de R$ 1.200,00.

A dúvida da atual Mesa Diretora é sobre se a remuneração paga em dezembro/96 deveria sofrer acréscimo em razão de ter sido paga a remuneração dos Deputados Estaduais incluído o valor de R$ 3.000,00 - Ajuda de Custo.

A preocupação da Mesa é pertinente, pois, conforme Resolução 170, de 1996, a remuneração dos Vereadores da legislatura que se inicia é aquela paga em dezembro de 1996.

Conforme a doutrina do festejado jurista José Afonso da Silva, a ajuda de custo poderia ser incluída na remuneração, uma vez que a mesma é devida mês a mês para ressarcir o parlamentar dos custos de sua locomoção. A ajuda de custo tem caráter de permanente ressarcimento; a diária é eventual.

Entretanto, pelo que podemos examinar no contido nas Resoluções nºs 170/96 e 145/92, nenhuma delas faz qualquer menção ao pagamento de ajuda de custo.

Isto significa, ao nosso ver, que deverá ser levado em conta, para fins de remuneração dos Vereadores da nova legislatura, a remuneração dos Deputados Estaduais, no valor de R$ 6.000,00, excluindo-se a ajuda de custo.

Por essas razões, o cálculo da remuneração dos Vereadores da Câmara Municipal de Mogi-Mirim deve ser feito à base de 20% sobre R$ 6.000,00 (correspondente à remuneração dos Deputados Estaduais). Obtido o valor de R$ 1.200,00, será este mantido para a nova legislatura.

Respondemos, pois, objetivamente às questões formuladas:

1. A remuneração paga em dezembro de 1996 e que deverá ser mantida para a nova legislatura foi corretamente calculada, pois o valor de R$ 3.000,00 não deve ser considerado como remuneração.

2. Não. O IPC somente será considerado para os meses de fevereiro em diante.

3. Não vislumbramos hipótese de deflação em virtude de variação negativa. Se houver, não deverá haver qualquer correção.

Era o que tínhamos a opinar.

São Paulo, 16 de abril de 1997

MARIANA MOREIRA
Superintendente Interina de Assistência Técnica

(*) Parecer elaborado em 15/4/97.

UPPIJ/gtn

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PROCURADORIA DE ASSISTENCIA JURIDICA
AOS MUNICIPIOS
Rua São Bento, 370 - 10º andar - CEP 01010-001
FAX - 239.2906

São Paulo, 25 de Março de 1997.

Ofício P.A.J.M. nº 062/97
(Processo P.A.J.M. nº 036/97)

Prezada Senhora:

Em atenção à consulta formulada por V.Sª., através do ofício 14/97, datado de 21.01.97, tenho a honra de encaminhar, em anexo, cópia do Parecer nº 15.276, exarado a fls. 11/15 do Processo em epígrafe, versando sobre Vereador - Remuneração.

Atenciosamente,

EDUARDO PIRES MESSENBERG
Procurador do Estado Chefe

A EXCELENTISSIMA
DRA. MARILENE MARIOTONI
DD. PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE
MOGI MIRIM - SAO PAULO

Fôlha N.º 11
Processo N.º 036/97

Rubrica

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA DE ASSISTENCIA JURIDICA AOS MUNICIPIOS

Rua São Bento, 370 - 10º andar - CEP 01010-001

PARECER Nº 015276

MUNICIPIO - MOGI MIRIM
INTERESSADO - CAMARA MUNICIPAL
PROCESSO PAJM Nº 36/97
EMENTA Nº 87

VEREADOR - REMUNERAÇAO - A remuneração dos Vereadores deverá ser fixada previamente, em valor certo e em moeda, com reajuste nunca inferior a um ano, obedecidos os dispositivos constitucionais e legais.

A ilustre Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim encaminha consulta a esta Procuradoria de Assistência Jurídica, nos seguintes termos:

"A Resolução 179/96 (cópia anexa) trata de remuneração dos Vereadores e demais assuntos correlatos, sendo que no art. 1º está colocado que a remuneração mensal dos Vereadores a partir de 01/janeiro/97, será o mesmo valor da remuneração **percebida** em dezembro/96. Como a Mesa Diretora que teve o mandato até 31/dez./96 **não baixou ato** elevando o salário dos Vereadores, baseado em aumento dos deputados e como a Mesa (mandato até 31/12/96) pagou aos Srs. Vereadores, os 20% dos Deputados Estaduais (conforme resolução nº 145/92 - cópia anexa, então em vigor para o mandato 92-96), ou seja, R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais), pergunta-se:

1 - Pode a atual Mesa Diretora majorar o salário de dezembro/96 e a partir de janeiro/97 pagar esse salário majorado, com base na Certidão da Assembléia (cópia anexa do fax),

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA AOS MUNICÍPIOS

2 - **Deve a atual** Mesa Diretora pagar aos Srs. Vereadores, relativamente ao mês de janeiro/97, a quantia de R$ 1.200,00 **recebida** em dez/96, acrescida da variação do IPC?

3 - Em caso de variação negativa do IPC (deflação), deve ser diminuída a remuneração dos Vereadores, no respectivo índice?".

A consulta veio acompanhada de cópias das Resoluções nºs.145/92 e 170/96 e certidões da Assembléia Legislativa.

É o relatório. Passamos a responder:

O Município tem autonomia para fixar a remuneração dos seus agentes políticos (art. 29, C.F.), desde que obedecidos os princípios constitucionais da legalidade, moralidade, anterioridade, inalterabilidade no curso da legislatura, não vinculação, etc., além das limitações expressas, quais sejam, não poderá ultrapassar 5% da receita do Município; e setenta e cinco por cento da remuneração dos deputados estaduais, não podendo ainda ultrapassar o valor máximo do percebido, em espécie, pelo Prefeito (art. 37, XI).

Em matéria de remuneração dispõe a L.O.M. que, compete privativamente à Câmara:

"XX - fixar, observado o que dispõe a Constituição Federal, a remuneração dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito, cada legislatura, para a subsequente, sobre a qual incidirá o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

XXVII - a fixação da remuneração dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito será feita até noventa dias antes das eleições municipais;"

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA DE ASSISTENCIA JURIDICA AOS MUNICIPIOS

Assim sendo, com base na L.O.M. foi editada a Resolução nº 170/96, a qual vem vazada nos seguintes termos:

> "Art. 1º - A partir de 1º de janeiro de 1977, a remuneração mensal dos Vereadores à Câmara Municipal de Mogi-Mirim corresponderá ao mesmo valor da remuneração recebida em Dezembro de 1996.
>
> Art. 2º - Ao Presidente será devida uma Verba de Representação mensal equivalente a 50% da remuneração paga a um Vereador.
>
> Art. 3º - A remuneração prevista no artigo 1º será reajustada mensalmente pela variação do IPC - índice de Preços ao Consumidor, da Fundação Insituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, ou outro índice que venha a substituí-lo."

Ocorre que, segundo informa a nobre Consulente não se procedeu ao reajuste em dezembro de 1996, ficando a remuneração abaixo do percentual de 20%, conforme comprova a certidão oriunda da Assembléia Legislativa.

Cumpre observar, todavia, que a Resolução de nº 145/92, não mais está em vigor, porquanto, trata-se de **lei temporária**, com eficácia restrita até 31.12.96, portanto, não há que se cogitar de pagamento de qualquer benefício ou vantagens nela previstas para a presente legislatura (reajuste mensal, vinculação e, muito menos ajuda de custo), mesmo porque o art. 2º é manifestamente inconstitucional, porquanto, jamais poderia estabelecer que a remuneração seria "***reajustada na mesma época e proporção da fixada para os Deputados Estaduais***", uma vez que **a Constituição Federal proíbe a vinculação de remunerações**, ressaltando-se, ademais, que após o Plano Real ficou definitivamente sepultado qualquer reajuste com periodicidade inferior a um ano.

Outrossim, a Resolução nº 170/96, também estabeleceu de forma errônea a remuneração dos Vereadores da municipalidade, porquanto, deveria ter fixado em quantia certa e nunca em valor indefinido, conforme exaustivamente temos alertado, com base no parecer do Tribunal de Contas:

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA DE ASSISTENCIA JURIDICA AOS MUNICIPIOS

"O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em Sessão Plenária realizada em 11/12/91, nos autos do processo TC-A-32.270/026/91, deliberou por unanimidade de votos que a fixação da remuneração dos Agentes Políticos Municipais deverá ser feita **em valor certo e em moeda**, admitida sua atualização monetária pelo índice suficiente à manutenção do poder de compra da moeda, na conformidade dos decidido nos Processos TC-18.988/026/90 (Consulta de Prefeitura de Cordeirópolis) e TC 4.514/026/91 (Consulta de Prefeitura de Águas de Lindóia); respeitada a periodicidade estabelecida pelo ato fixatório.

Deliberou, outrossim que é vedada a vinculação da remuneração dos Agentes Políticos a quaisquer vencimentos, como também à arrecadação municipal por constituírem tais vinculações afronta a dispositivos constitucionais vigentes" (D.O.E.12/12/91., pág. 34 - Seção I - grifo nosso).

Quanto à correção monetária, a princípio vedada pelos Tribunais, acabou sendo admitida, entendendo-se que a aplicação dos índices com base na inflação passada não configuraria propriamente aumento, mas em mera manutenção do valor aquisitivo. Tal decisão, todavia, editada em situação econômica totalmente diversa, época em que a inflação era corrosiva, atingindo percentuais alarmantes mês a mês, tornava a remuneração defasada, motivo pelo qual, houve um abrandamento para se admitir a correção mensal, visando justamente a recomposição do valor de compra, sem que se configurasse com isso aumento durante a legislatura.

Hoje, porém, absolutamente diversa é a situação do País, com nova moeda e uma economia estável, não se podendo cogitar, destarte, de se aplicar os mesmos mecanismos de correção monetária em matéria de remuneração. Dessa forma, hoje, s.m.j., não mais se justifica a correção mensal, com base na variação do IPC, mas somente a anual, nos termos de lei instituidora do Plano Real.

Outrossim, a Resolução não poderia estabelecer que a remuneração seria em "valor da remuneração

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA DE ASSISTENCIA JURIDICA AOS MUNICIPIOS

percebida em Dezembro de 1996" e com reajuste mensal. Deveria, sim, ter fixado em valor certo, levando-se em consideraçao quando da fixaçao do "quantum", tao somente a recomposiçao com base em índices da inflaçao passada. Fixaçao essa a ser estabelecida antes da eleiçao, em estrita obediência aos princípios da anterioridade, moralidade e impessoalidade, justamente para propiciar controle por parte da populaçao.

Assim sendo, o pagamento da remuneraçao, com base na resoluçao nº 170/96 é irregular, já que nao foi fixada em valor certo, e, até mesmo o pagamento de R$ 1.200,00 é temerário, uma vez que os reajustes anteriores com base na Resoluçao 145/92, foram ilegais (por conter vinculaçao automática à remuneraçao dos deputados estaduais e reajuste mensal, indevido após o advento do Plano Real), dessa forma o mais conveniente seria consultar o Egrégio Tribunal de Contas do Estado, de forma genérica, quanto a possibilidade de adequaçao da Resoluçao 170/96, aos dispositivos constitucionais e legais, conforme parecer nº 15.264 elaborado pelo eminente Procurador, Dr. Nivaldo Mimessi, cuja cópia segue em anexo.

É o nosso parecer, s.m.j.
Sao Paulo, 25 de Março de 1997.

ISABEL SATSICO ISA
Procuradora- 2ª Subprocuradoria
Nível III

De acordo. Encaminhe-se cópia do Parecer ao consulente.
P.A.J.M., 25 de Março de 1997.

EDUARDO PIRES MESSENBERG
Procurador do Estado-Chefe

b.s.

RICOH

FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM
Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal

Parecer CEPAM nº 18.244

Processo FPFL nº 246/97

Interessada: Câmara Municipal de Mogi Mirim

Vereadora Marilene Mariotoni, Presidenta

LEI ORGÂNICA - É constitucional a emenda que altera o período da sessão legislativa ordinária*.

CONSULTA

A Câmara Municipal de Mogi Mirim, através de sua Presidenta, Vereadora Marilene Mariotoni, consulta-nos acerca da constitucionalidade de projeto de Emenda à Lei Orgânica que reduz o período de recesso da Câmara Municipal.

PARECER

O inciso XI do art. 29 do Texto Constitucional atribui à Lei Orgânica Municipal a competência para organizar as funções legislativas e fiscalizadoras da Câmara Municipal, conforme inciso renumerado pela Emenda Constitucional nº 1, de 31/3/92.

Constituindo matéria de natureza nitidamente organizacional de sua função legislativa aquela que diz respeito ao disciplinamento da periodicidade da sessão legislativa ordinária, temos que a Câmara poderá modificar, mediante aprova-

ção da Emenda à LOM proposta neste sentido, o período de recesso do Legislativo Municipal, reduzindo-o, de forma a melhor atender ao interesse local.

É certo que o Plenário é soberano para decidir pela aprovação da emenda, se neste sentido se pronunciarem 2/3 (dois terços) de seus membros, uma vez observados os dois turnos de votação, com interstício mínimo de 10 (dez) dias, nos termos do "caput" do art. 29, da Constituição Federal.

Cumpre-nos, entretanto, destacar que a aplicabilidade dos dispositivos que alterem períodos não é imediata, devendo vigorar apenas para as próximas legislaturas, uma vez que a modificação a partir da publicação da emenda poderá ser contestada, por esbarrar na (possível) alegação do direito dos atuais Vereadores em manter as mesmas normas e regras que vigoravam desde o momento em que foram eleitos e empossados.

Por derradeiro, cumpre-nos alertar que, muito embora o Tribunal de Justiça de São Paulo tenha se manifestado pela inconstitucionalidade da redução do mandato da mesa diretora 2 (dois) para 1 (um) ano, o STF exarou recentemente posicionamento diverso, uma vez que entende que tratando-se de matéria referente a auto-organização do Poder Legislativo, poderão as Assembléias Estaduais e as Câmaras Municipais dispor de modo diverso do previsto na Constituição Federal para as mesas do Congresso Nacional, considerando, pois, constitucional a redução da duração do mandato conforme mencionado nos termos da consulta.

Concluindo, ambas as questões versam sobre matéria "interna-corporis", podendo a Câmara Municipal livremente dispor sobre as mesmas.

É o parecer.

São Paulo, 21 de maio de 1997

ALICIR A. MARCONATO
Técnico Master III - Bel. em Direito

De acordo, encaminhe-se.

MARIANA MOREIRA
Superintendente de Assistência Técnica

(*) Parecer elaborado em 9/5/97.

UPPIJ/gtn

ons Crispiniano, 344 - 6.º and. - Conjs. 603 e 604 - CEP 01037-908
011) 223-9555 - Fax: (011) 223-0246
11-26255 ENDJ - São Paulo - SP

CONSULTA/9510/95/J/DG/ss

INTERESSADA: CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM – SP
At.: Sr. Alonso Tomaz Moreno

de 10/11/95.

Consulta-nos a Câmara Municipal de Mogi-Mirim – SP, conforme o fac-símil

A orientação da Consultoria NDJ é no seguinte sentido:

Município – Alteração de Lei Orgânica Municipal – Previsão de redução de período de recesso dos vereadores na Câmara Municipal – Possibilidade – Considerações.

Não há inconstitucionalidade no projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal Consulente, reduzindo o recesso parlamentar.

É função da Câmara Municipal propiciar a regulamentação de seu próprio funcionamento a par de outras funções relevantes, como fazer leis e exercer a fiscalização do Executivo Municipal.

No âmbito federal, o Congresso Nacional reunir-se-á anualmente, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro. No âmbito local, a Lei Orgânica poderá estabelecer os seguimentos de distribuição desses períodos legislativos ou, então, disciplinar, diferentemente sobre o recesso parlamentar, mesmo diminuindo este período de paralisação momentânea da Câmara.

Como se sabe, a sessão legislativa é o período anual dos trabalhos desenvolvidos pela Câmara Municipal. O ano civil terá apenas uma sessão legislativa. Durante a sessão legislativa serão realizadas as sessões ordinárias nos dias e horários previstos no Regimento Interno. Havendo assunto urgente a ser tratado, poderá a Presidência da Mesa ou a maioria dos vereadores convocar uma reunião extraordinária.

A sessão legislativa ordinária vai do dia 1º de fevereiro a 15 de dezembro de cada ano e isto não impede que se defina outro período de "recesso parlamentar" que não aquele no mês de julho.

Fica a critério de cada Edilidade estabelecer quando será este recesso.

O advogado Mayr Godoy, no seu livro intitulado *Câmara Municipal e o seu Regimento Interno*, diz que: "via de regra, as Câmaras anotam dois recessos, o de verão e o de inverno, acompanhando, na simetria, o modelo do Congresso e das Assembléias Legislativas. Está incluída na competência da edilidade (e deve constar do Regimento Interno) marcar seus recessos normais" (cf. in ob. cit., 4ª ed., Leud, 1995, p. 69).

Alerte-se que, a teor do disposto no § 2º do art. 57 da CF/88, a sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

São Paulo, 17 de novembro de 1995.

Elaboração

OAB/SP 45.508

Revisão

Marcello R. Palmieri
OAB/SP 131.083

Aprovação da Consultoria NDJ

Cerdônio Quadros
OAB/SP 40.808

15 anos de 10 NDJ sempre ao seu lado

Rubrica

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PROCURADORIA DE ASSISTENCIA JURIDICA
AOS MUNICIPIOS

Rua São Bento, 370 - 10º andar - CEP 01010-001

P A R E C E R Nº 015272

MUNICIPIO - MOGI MIRIM
INTERESSADO - CAMARA MUNICIPAL
PROCESSO PAJM Nº 063/97
EMENTA Nº 730

CAMARA MUNICIPAL - SESSAO LEGISLATIVA - RECESSO - Competência do Município para estabelecer o período da sessão legislativa, de acordo com o interesse local. Precedente: Parecer nº 14.967 já enviado ao consulente. Possibilidade de interpretação divergente. Caso em que somente o Poder Judiciário pode decidir a questão de forma vinculante.

A Câmara Municipal de Mogi Mirim, por intermédio de sua ilustrada Presidência, consulta esta Procuradoria a respeito do seguinte:

> "Face à decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo "**pela inconstitucionalidade da redução de dois anos para um ano de mandato da Mesa da Câmara Municipal**" servindo como supedâneo o artigo 11 da Constituição Estadual e tendo em vista que dito dispositivo legal faz parte integrante do **Título II, da Organização dos Poderes, Capítulo II, do Poder Legislativo, da Constituição Estadual** indaga-se:
>
> Seria também inconstitucional **Projeto de Emenda à Lei Orgânica** reduzindo o recesso da Câmara Municipal do período 16/12 a 31/01 e 1º a 31/07 de cada ano? Sessão Legislativa anual da Câmara compreende o período de 1º de fevereiro a 30 de junho e 1º de agosto a 15 de dezembro de cada.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA DE ASSISTENCIA JURIDICA AOS MUNICIPIOS
- 2 -

Anexe-se cópia do BDM - 10 - Pág. 597."

A consulta veio acompanhada de cópia das páginas 597 e 598 do Boletim de Direito Municipal – Outubro/96 –, que reproduz V. Acórdão do Plenário do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 20.894-0/5, em que é requerente a Mesa da Câmara Municipal de Jardinópolis, sendo relator o eminente Desembargador Luís de Macedo, cabendo destacar aqui o seguinte trecho de v. decisão:

"No principal, a procedência da ação é de rigor, como acentuado pelo Sr. Procurador Geral de Justiça, Dr. José Emmanuel Burle Filho.

Contém a Constituição Estadual, no seu artigo 11, disposição no sentido de que os membros da Mesa da Assembléia Legislativa e seus substitutos "serão eleitos para um mandato de dois anos". Por dizer respeito à organização e funcionamento do Poder Legislativo, tal preceito se dirige igualmente às Câmaras Municipais, não obstante a tendência de maior autonomia aos Municípios, visível na Constituição Federal e Estadual em vigor.

Lê-se o referido parecer:

'Realmente, tendo a Constituição Estadual, em consonância com a Federal, disposto que a legislatura é de 'quatro anos' (art. 9º, *caput*), e que 'no primeiro ano da Legislatura, a Assembléia Legislativa reunir-se-á, da mesma forma, em sessões preparatórias, a partir de 1º de janeiro, <u>para posse de seus membros e eleição da Mesa</u>' (parágrafo 2º do art. 9º), torna inviável a aceitação de que o período de dois anos de duração do mandato dos membros da Mesa corresponde o limite máximo, pois se assim

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA DE ASSISTENCIA JURIDICA AOS MUNICIPIOS

fosse não haveria obstáculo a que, em tese, se fixasse o mandato de dez ou dezoito meses, por exemplo, e jamais haveria coincidência com o término da legislatura e a possibilidade de atender-se a exigência constitucional da eleição da Mesa, logo na inauguração da legislatura, como previsto'.

É indispensável, dessa forma, a uniformidade de critério na organização do Poder Legislativo. A propósito, prelecionia José Afonso da Silva que 'a exigência de autonomia das Câmaras Legislativas impõe sejam seus órgãos diretores compostos de membros pertencentes a seus quadros e eleitos pelos seus pares. Esse é princípio geral de organização do Poder Legislativo que, entre nós, sempre foi seguido, consoante consta agora do art. 57, parágrafo 4º, que consagra as primeiras providências, no início de cada legislatura, de organização interna do Congresso Nacional, ao estatuir que **cada uma das Casas se reunirá em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subseqüente**' (CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL POSITIVO, 7ª ed., Revista dos Tribunais, p. 417).

Destarte, por força do disposto no art. 144, da Constituição do Estado de São Paulo, não pode o Município de Jardinópolis deixar de atender o princípio constante

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA DE ASSISTENCIA JURIDICA AOS MUNICIPIOS

do art. 11, da referida Carta, que estabelece a duração do mandato dos membros da Mesa do Legislativo em dois anos, eis que se trata de regra atinente à organização e funcionamento do Legislativo, de observância obrigatória pelos municípios na elaboração da Lei Orgânica, sob pena de quebra das linhas mestras ditadas pela Constituição Estadual em simetria com a Carta Federal (fls. 61/62)

Adotada essa fundamentação e rejeitada, como visto, a matéria preliminar, julgam procedente a ação, oficiando-se como de direito." (v.u.)

Depreende-se, pois, que o r. decisório do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo acabou por adotar interpretação mais restritiva da autonomia municipal, considerando como princípio constitucional pertinente à organização e funcionamento do Poder Legislativo, de observância obrigatória para as Câmaras Municipais, a duração do mandato de dois anos dos membros da Mesa do Legislativo, diante do que dispõem os artigos 11 e 144 da Constituição do Estado de São Paulo.

Não compete a esta Procuradoria questionar a mencionada decisão, mas, a título meramente ilustrativo, convém salientar que fundando-se no artigo 29, inciso XI, da Constituição Federal, bem assim no fato de que a atual Carta Magna ampliou a autonomia municipal, pode-se admitir interpretação divergente no sentido de que o período de duração do mandato não é propriamente um princípio constitucional de observância obrigatória pelos Municípios, podendo estes estabelecerem em suas Leis Orgânicas mandato de menor duração, de doze meses, de acordo com o interesse local, respeitado obviamente o princípio (este sim) constitucional da votabilidade.

Não é por outro motivo que, no âmbito desta Procuradoria, constam pareceres nos dois sentidos (v.g.: Parecer PAM nº 14.461, pela obrigatoriedade da duração de dois anos do mandato dos membros da Mesa do Legislativo em

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA DE ASSISTENCIA JURIDICA AOS MUNICIPIOS

simetria com a Constituição do Estado e a Carta Magna: Pareceres nºs 14.930 e 15.000, admitindo a possibilidade de fixação de mandato da Mesa da Câmara de um ou dois anos, de acordo com o interesse local, observado o princípio constitucional da rotatividade).

Registre-se, a propósito, que na doutrina também consta interpretação mais flexível, cabendo destacar que o invocado mestre José Afonso da Silva, à luz da Constituição anterior, admitia mandato de um ou de dois anos (Manual do Vereador, 3ª edição, Fundação Prefeito Faria Lima - CEPAM, 1983, pág. 45), bem assim José Nilo de Castro analisando a matéria segundo os parâmetros estabelecidos pela atual Carta Magna:

> "De acordo com o disposto na Lei Orgânica, a Mesa Diretora da Câmara, como as Comissões Técnicas, se elegem por um período de dois anos, proibida a recondução para o mesmo cargo. Admite-se, também, mandato de menor duração, de doze meses, por exemplo, já que é poder do Município organizar as funções legislativas da Câmara Municipal (art. 29, IX, da CF)." (Direito Municipal Positivo, Del Rey Editora, 2ª edição, 1992, pág. 96)

O possibilidade de distintas interpretações dos textos legais, permite ao Poder Judiciário escolher, de forma vinculante para o caso concreto, a interpretação que mais se compatibiliza com o sistema jurídico, procedendo na forma indicada por Maria Helena Diniz:

> "Por isso, o magistrado ao colmatar lacunas através da ideologia, pois está condicionado por uma prévia escolha, de natureza axiológica dentre as várias soluções possíveis, que indica os meios para que possa prolatar sua decisão, deverá manter-se dentro dos limites autorizados pelo sistema jurídico. Sua solução ao caso concreto não poderá ser conflitante com o espírito desse sistema. De modo que

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA DE ASSISTENCIA JURIDICA AOS MUNICIPIOS

a norma individual completante do sistema não é e nem pode ser elaborada fora dos marcos jurídicos." (Os Lacunas no Direito, RT, 1981, pág. 259)

Dessa forma, não há o que se questionar com relação à v. decisão do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo anteriormente mencionada, que, se transitada em julgado, merece integral cumprimento pelas partes envolvidas na lide.

No parecer nº 15.000, já alertavamos sobre a possibilidade de distintas interpretações, adotando aquela mais flexível, mas alertando que "somente o Poder Judiciário pode decidir a questão de forma vinculante, se devidamente acionado para solucionar eventual conflito decorrente da matéria aqui enfocada".

Especificamente a respeito da matéria objeto da consulta, ou seja, redução do recesso da Câmara Municipal, esta Procuradoria já se pronunciou sobre o assunto, respondendo indagação da própria Câmara Municipal de Nogi-Mirim, por intermédio do nosso Parecer nº 14.967, cuja ementa e trecho pertinente merecem transcrição:

"CÂMARA MUNICIPAL - SESSÃO LEGISLATIVA - RECESSO - O Município tem competência para estabelecer, de acordo com o interesse local, o período da sessão legislativa. Precedentes: Pareceres nºs 14.709 e 14.909.

. . . . . .

Atualmente, consoante já salientaram as Procuradoras do Estado Isabel Sabsico Issa e Maria Isabel Sobral Nunes em pareceres desta Procuradoria (Pareceres nºs 14.709 e 14.909), tratando-se de matéria de interesse local, nos termos do art. 30, inciso I, da Carta Magna atual, o Município tem competência para estabelecer o período da sessão legislativa, podendo optar por extinguir o recesso em julho, conforme consta do projeto de emenda à Lei Orgânica de fls. 05.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA DE ASSISTENCIA JURIDICA AOS MUNICIPIOS

> é que, como muito bem enfatizou a Procuradora Isabel Satsico Isa no parecer mencionado (Parecer 14.708), os Municípios não estão obrigados a obedecer o mesmo período da sessão legislativa estabelecido para o Congresso Nacional (art. 57), de vez que a Constituição Federal nada dispôs neste sentido, além do mais tal período de trabalho anual do legislativo federal não pode ser considerado como princípio." (Parecer nº 14.967, cópia integral anexa)

O mencionado parecer (14.967) vem amparado nos ensinamentos do Ministro José Celso Mello Filho (à luz da Constituição anterior, "*in*" Constituição Federal Anotada, Saraiva, 2ª edição, pág. 150) e do professor José Afonso da Silva (com base na atual Carta Magna, "*in*" Curso de Direito Constitucional Positivo, 6ª ed., RT, 1990, pág. 526).

A v. decisão anteriormente aludida do Egrégio Tribunal de Justiça nada dispôs sobre o período da sessão legislativa municipal, mas apenas abordou a duração do mandato dos membros da Mesa do Legislativo.

Assim, "*data venia*", reiteramos nosso posicionamento contido no parecer 14.967 já enviado ao consulente, mas ressalvamos que isto não significa que o Poder Judiciário, examinando a questão, se devidamente acionado para solucionar eventual conflito, adotará necessariamente idêntica interpretação dos textos normativos pertinentes à matéria aqui enfocada.

Observe-se, por último, que cópia integral do parecer nº 14.967 deverá ser enviada ao consulente acompanhada de cópia deste pronunciamento.

É esse o nosso parecer, s.m.j.
São Paulo, 20 de março de 1997.

EDUARDO PIRES MESSEMBERG
Procurador do Estado Chefe